

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ADRIANA DA COSTA

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: O QUE PENSAM OS
EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 25/07/07


Rosana Maria Gato
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2007/01

ADRIANA DA COSTA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: O QUE PENSAM OS
EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmento

FLORIANÓPOLIS

2007/01

ADRIANA DA COSTA

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: O QUE PENSAM OS
EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA:

Orientador

Prof. Dr. Hélder Boska de Moras Sarmiento – Universidade Federal de Santa Catarina

1ª Examinadora

Profª. Ms. Cristiane Claudino – Universidade Federal de Santa Catarina

2ª Examinadora

Assistente Social Valéria Cabral Carvalho – CRESS 12ª Região (Conselho Regional de
Serviço Social)

Florianópolis, Julho de 2007

Dedico este trabalho ao meu filho Lucas, a
minha família e ao meu namorado Ahyr.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, energia maior que me guia por toda a vida e não permite que eu desista nos momentos mais difíceis.

Ao meu filho Lucas, por compreender a minha ausência em determinados momentos de sua vida e, ainda assim, ser esse filho amável e carinhoso que me traz muitas alegrias. Te amo!

Aos meus pais, Ivan e Celina, e ao meu irmão Israel, que sempre me incentivaram a continuar os estudos. Amo vocês!

Ao meu namorado, amigo e companheiro Ahyr, pelo apoio e força que tem me dado, e a compreensão que tem tido durante esses anos de convivência.

Às Assistentes Sociais e Psicólogas do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, pela troca de experiências e disposição em responder todos os meus questionamentos, e também por terem me acolhido carinhosamente durante o estágio.

Ao professor Hélder Boska de Moraes Sarmiento, meu orientador, que mesmo estando na UFSC há poucos dias aceitou prontamente o convite.

À professora Cristiane Claudino e a Assistente Social Valéria Cabral Carvalho, por terem aceitado o convite para fazer parte da banca examinadora contribuindo amplamente com o trabalho.

À Professora Nair Cardoso da Cunha, por despertar em mim a vontade de cursar uma Universidade. Muito obrigada!

À todos os mestres, por transmitirem seus conhecimentos nos mostrando a grande importância dessa profissão.

À Universidade Federal de Santa Catarina que oportunizou a minha formação profissional.

Às Assistentes Sociais que participaram da pesquisa.

Aos amigos que ganhei ao dividir a sala de aula durante esses quatro anos

À todas as pessoas, que direta e indiretamente contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui, e que com certeza, são também responsáveis por esta conquista.

"Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons; há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons; há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda; Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis."

Bertold Brecht

COSTA, Adriana da. **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: O QUE PENSAM OS EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, 94 f.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso parte das transformações ocorridas no mundo do trabalho após o esgotamento do modelo fordista-taylorista e a introdução de um novo modelo de economia, a produção flexível. Este novo modelo, baseado na introdução de novas tecnologias da informação e comunicação, resultou na abertura de mercados, levando a chamada globalização. Todas essas transformações causaram um grande impacto sobre o mundo do trabalho, aumentando a precarização das relações de trabalho e a insegurança dos trabalhadores. Nos países em desenvolvimento como Brasil, essas transformações se intensificaram a partir da década de 1990. O processo de formação profissional volta-se, a partir de então, para atender as exigências de um mercado competitivo na perspectiva da competência, exigindo um “novo” profissional qualificado, polivalente e multifuncional, que deve atualizar-se constantemente na “promessa” de se manter “empregável”. Estas novas condições refletem também na formação profissional dos assistentes sociais, e enquanto profissionais inseridos na divisão social e técnica do trabalho, que têm buscado a construção coletiva de um perfil que permita uma leitura crítica da realidade social e das novas expressões da questão social, possibilitando uma intervenção qualificada, objetivando a universalização dos direitos e emancipação dos sujeitos, contrariando as tendências mercadológicas que se instauram. Reconhecido este desafio diante das novas demandas postas à profissão, o presente trabalho se propôs a identificar, com base em uma pesquisa de campo realizada com os egressos do curso de serviço social da UFSC, o que estes pensam sobre a sua inserção no mercado de trabalho relacionando com a sua formação profissional. Assim, concluiu-se que a formação no curso de serviço social da UFSC atendeu as expectativas das egressas quanto ao conteúdo teórico-metodológico e ético-político, porém, quanto ao aspecto técnico-operativo foi insatisfatório, mostrando que o curso apresenta sérias lacunas que merecem ser consideradas.

Palavras-chave: Serviço Social. Formação Profissional. Mercado de Trabalho.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DSS	Departamento de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
IES	Instituições de Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PNI	Política Nacional do Idoso
PSF	Programa de Saúde da Família
PUC-CAMPINAS	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Natureza da instituição empregadora.....	59
Gráfico 2:	Tipo de vínculo empregatício.....	60
Gráfico 3:	Renda na área de serviço social.....	61
Gráfico 4:	Área de atuação profissional.....	62
Gráfico 5:	Formação continuada.....	65
Gráfico 6:	Grau de esclarecimento sobre o mercado de trabalho.....	68
Gráfico 7:	Tempo de realização de estágio na área de serviço social.....	70
Gráfico 8:	Conteúdo considerado importante pelas profissionais na inserção no mercado de trabalho.....	72
Gráfico 9:	De que ponto de vista o curso melhor lhe preparou.....	75
Gráfico 10:	Itens considerados insuficientes para a inserção no mercado de trabalho.....	75
Gráfico 11:	Aspectos que poderiam ser melhorados quanto à preparação para inserção no mercado de trabalho.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 GLOBALIZAÇÃO: AS BASES DE UM NOVO MERCADO DE TRABALHO.....	14
1.1 INTRODUÇÃO.....	14
1.2 GLOBALIZAÇÃO.....	14
1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	18
1.4 NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO NO FINAL DO SÉCULOXX.....	24
2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM UM MERCADO GLOBALIZADO.....	29
2.1INTRODUÇÃO.....	29
2.2 COMPETÊNCIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	29
2.3 EMPREGABILIDADE E MERCADO DE TRABALHO.....	34
3 SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO.....	38
3.1 INTRODUÇÃO.....	38
3.2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....	38
3.2.1 A ABEPSS e sua participação na construção do projeto ético político profissional.....	43
3.2.2 Novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social.....	45
3.2.3 A formação profissional e o mercado de trabalho do assistente social.....	48
4 O MERCADO DE TRABALHO NA VISÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC.....	53
4.1 INTRODUÇÃO.....	53
4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53

4.3 DIRETRIZES CURRICULARES DA UFSC.....	55
4.4 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO E SUA AVALIAÇÃO ACERCA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	59
4.4.1 Situação profissional atual das assistentes sociais formadas no período de 2005 a 2006.....	59
4.4.2 Natureza da instituição empregadora.....	60
4.4.3 Tipo de vínculo empregatício.....	61
4.4.4 Renda na área de serviço social.....	62
4.4.5 Área de atuação profissional.....	63
4.5 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC NA VISÃO DOS EGRESSOS.....	66
4.5.1 Formação continuada.....	66
4.5.2 Conteúdo ministrado sobre o mercado de trabalho.....	69
4.5.3 Tempo de realização de estágio na área de serviço social.....	71
4.5.4 Conteúdo considerado importante pelas profissionais na inserção no mercado de trabalho.....	73
4.5.5 De que ponto de vista o curso melhor lhe preparou.....	75
4.5.6 Itens considerados insuficientes para a inserção no mercado.....	76
4.5.7 Aspectos que poderiam ser melhorados quanto à preparação para inserção no mercado de trabalho.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE.....	90
APÊNDICE A – Questionário realizado com as assistentes sociais.....	91

INTRODUÇÃO

O curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem por objetivo formar assistentes sociais capazes de atuar na elaboração e execução de políticas públicas e programas sociais nas áreas da educação, trabalho e renda, da saúde, previdência e assistência social, e ainda nas políticas de proteção especial para infância e juventude, pessoas com deficiência, mulheres, idosos, família e outras. O assistente social desenvolve sua ação junto a órgãos públicos e privados, entidades sócioassistenciais, organizações não-governamentais (ONG's) e processos de organização popular.

Durante a realização de um curso de graduação em uma universidade é muito comum ouvirmos entre os alunos comentários acerca do mercado de trabalho, e no curso de serviço social da UFSC não seria diferente. Assim, as expectativas com relação ao primeiro emprego vão crescendo conforme vai se aproximando o fim curso, até porque ainda hoje o maior empregador desses profissionais é o Governo, em sua esfera estatal e municipal, seja através de concursos públicos, terceirizações ou contratos temporários.

O curso de serviço social da UFSC forma cerca de 100 alunos anualmente, e após a saída destes não se tem mais informações das realizações dos ex-alunos no campo profissional. Assim, considera-se relevante para a instituição de ensino e para a comunidade acadêmica, um retorno do trabalho realizado juntamente com os alunos durante a formação profissional.

Com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, especialmente no início dos anos 90, desencadeadas pela globalização e as crescentes inovações tecnológicas, fizeram com que a empregabilidade ocupasse um lugar de destaque no contexto mundial. Tivemos uma reestruturação produtiva que atingiu o mercado de trabalho e, desta forma, o assistente social também vem sofrendo os impactos destas transformações em relação ao seu espaço e mercado de trabalho.

Diante disso, constatou-se a importância de uma **pesquisa que abordasse a inserção do profissional de serviço social no mercado de trabalho, relacionando com a formação profissional oferecida pelo curso de serviço social na UFSC**. Importante ressaltar que a presente pesquisa não teve como objetivo avaliar se o aluno está apto ou não para a atuação profissional, mas sim com o intento de verificar se os profissionais, conforme afirma Iamamoto (2002, p. 163) “são capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado”

Sendo assim, essa pesquisa é de extrema relevância tendo em vista que é um momento de possível revisão curricular no curso de serviço social da UFSC, sendo importante a instituição ter o retorno sobre o seu ensino, para identificar pontos fortes e fracos do curso e implementar mudanças.

Diante desta condição, teve-se como objetivo identificar o que os alunos graduados em serviço social da UFSC no período entre 2005 à 2006 pensam sobre a sua inserção no mercado de trabalho. Para responder a este objetivo, organizamos o presente trabalho em quatro seções, dispostas da seguinte maneira:

1. Na primeira seção são abordadas as mudanças no mundo do trabalho ocasionadas pelo processo de globalização e reestruturação produtiva, como também as novas configurações no mercado de trabalho no final do século XX.

2. Na segunda seção, são apresentados aspectos gerais do mercado de trabalho na atualidade, constituído por conteúdos relacionados à formação profissional, mercado de trabalho e o conceito de empregabilidade.

3. Na terceira seção, se apresentam os aspectos históricos e políticos da formação profissional do assistente social, a participação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na construção do projeto ético político da profissão, as novas diretrizes curriculares e mercado de trabalho com ênfase nas questões relacionadas à profissão do assistente social.

4. Na quarta seção está exposta a metodologia utilizada no referido trabalho, isto é: caracterização da pesquisa, questões levantadas desta, o universo e a amostra, procedimento de coleta, análise, interpretação dos dados e as limitações identificadas no desenvolvimento da pesquisa, destacando-se as características dos egressos pesquisados, a colocação dos graduados no mercado de trabalho, a análise de satisfação de graduados em relação ao curso e, finalmente, as conclusões acerca da pesquisa, esperando com isto contribuir para a formação profissional em serviço social .

I GLOBALIZAÇÃO: AS BASES DE UM NOVO MERCADO DE TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização trouxe profundas transformações para as sociedades contemporâneas. O acelerado desenvolvimento tecnológico e suas repercussões no mundo do trabalho e da cultura, caracterizam uma nova etapa do capitalismo, contraditória por excelência, que coloca novos desafios para o homem neste final de século. O Estado, mundo do trabalho, cultura, educação, etc. sofreram as influências de uma nova ordem social, de novas demandas para o mercado de trabalho, que por sua vez exige adequações e adaptações. No mundo do trabalho, o discurso da autonomia é a diferença que marca a mudança do predomínio do fordismo para o pós-fordismo. Já no que tange à educação, deve a mesma possibilitar o desenvolvimento dessa condição, trabalhando o homem integralmente para que ele possa não só atender aos requisitos do mercado, mas também atuar como cidadão no mundo globalizado.

1.2 GLOBALIZAÇÃO

O final do século XX foi assinalado por acontecimentos importantes no âmbito do sistema capitalista mundial, em que suas características de produção local e regional foram reforçadas ao adquirirem um caráter mundial. A este contexto, o processo de intensificação da mundialização das economias, é conceituado como Globalização, “[...] nome novo para o antigo processo de internacionalização ou de criação do mercado mundial nascido com o próprio capitalismo” (GORENDER, 1997).

Arruda Júnior (1998), afirma que não há

[...] ninguém melhor do que João Luiz Duboc Pinaud para demonstrar que a novidade da “globalização” expressa um movimento muito antigo, pelo menos se por globalização concebermos a tendência dos homens a ultrapassar seus domínios territoriais, estabelecendo novos canais de interlocução humana (ARRUDA JÚNIOR 1998, p. 17)

Corroborando também com essa afirmação, Harvey (2004) ressalta que, o processo de globalização é antigo, desde antes do século XIV já progredia a internacionalização de trocas e do comércio entre os Estados.

Como já apontavam Marx e Engels (1848) na obra “Manifesto do Partido Comunista”:

Por meio de sua exploração do mercado mundial ,a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...]. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. [...] Em lugar das antigas necessidades satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades que querem para a sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas os mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material quanto à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação torna-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal (MARX; ENGELS, 1848).

Para muitos estudiosos, a globalização existe desde que homens lançaram-se no mar em busca de novos mercados. Porém, nos tempos atuais, nesta passagem do século XX ao XXI, a globalização assume um outro caráter, nas palavras de Singer “a globalização é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e custos de produção entre países” (1998, p.21).

Impossível se falar no processo de globalização sem associá-lo a outros processos que ocorreram no final do século XX: a emergência do neoliberalismo, política econômica predominante e o aparecimento de novas tecnologias da informação e comunicação. O neoliberalismo emerge como política prevalecente em decorrência da crise no sistema fordista-taylorista de produção, da crise do Estado de bem-estar e das políticas desenvolvimentistas. O neoliberalismo teve sua base teórica originada na obra de Friedrich

Von Hayek¹, em que este critica as idéias keynesianas e socialistas baseadas no modelo de intervenção estatal na economia. Os defensores deste modelo acreditavam que a intervenção proporcionaria crescimento econômico, emprego e renda. Hayek defendia o modelo econômico liberal, porém com a redução das ações do Estado sobre as atividades econômicas. Por esta razão, ele é apontado como sendo o maior teórico do neoliberalismo (SORMAN, 1989; ANDERSON, 1995).

Na década de 70, desencadeou-se uma crise no capitalismo, todo o mundo capitalista avançado entrou em profunda recessão, enfrentando altas taxas de juros com baixas taxas de crescimento (BERTUZZI, 2007). A partir de então, as idéias neoliberais ganharam força, até porque atribuíram as raízes da crise ao poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, mais amplamente, ao movimento operário que poderia ter destruído as bases de acumulação capitalista, através de suas pressões sobre os salários e pelo aumento de gastos sociais feito pelo Estado (CARRILHO, 2005).

Segundo Anderson, “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (1995, p. 11).

Assim, ainda na década de 70, formou-se um mercado financeiro internacional sem qualquer controle público, dando origem a um sistema financeiro global e descentralizado que, teve seu início com a desregulamentação financeira dos Estados Unidos. Sendo assim, as condições financeiras do capitalismo tornaram-se ainda mais voláteis (BERTUZZI, 2007).

Uma outra característica importante da globalização, é a perda relativa de poder do Estado, que segundo Harvey, diz respeito principalmente, a perda de alguns poderes de controle de capitais, considerados tradicionais. O Estado deve tornar-se aliado do Fundo Monetário Internacional (FMI), criando um clima favorável aos negócios, atendendo as exigências de organizações como esta, no que diz respeito as suas políticas econômicas (HARVEY, 2004).

No Brasil, esse fenômeno da globalização trouxe implicações diversas, principalmente no que diz respeito às questões sociais, havendo, portanto, necessidade de políticas públicas nos setores onde o impacto da globalização se fez sentir com maior intensidade, como por exemplo, no crescimento acentuado do desemprego desde 1990, particularmente com a abertura de mercado interno às importações, acirramento da competitividade entre as

¹ Friedrich August Von Hayek foi o protagonista fundamental na resistência e posterior fermento intelectual ‘neoliberal’ na Grã Bretanha e nos Estados Unidos. A publicação de *Caminho da Servidão (Road of Serfdom)* na Inglaterra em 1944 e, posteriormente nos Estados Unidos em 1945, marcou um fato histórico essencial na batalha de idéias (COCKETT.1995; NASH.1996). Fonte www.unicamp.br/cemarx/download/Javier1.doc.

empresas, reestruturação produtiva, e conseqüentes mudanças nas relações de trabalho, além de reajustes e reformas nas políticas de governo como resultado das crises econômicas e financeiras mundial, que afetou quase todos os seguimentos da sociedade brasileira. Segundo Bertuzzi , “[...] tais políticas obtiveram alguns sucessos, como o combate à inflação e, em certa medida, a estabilização econômica. No entanto, cabe ressaltar, que a política neoliberal trouxe resultados negativos, como o aumento da pobreza e da desigualdade social [...]” (BERTUZZI 2007, p. 14).

Segundo Iamamoto (1998), o projeto neoliberal emerge como uma reação ao Estado de Bem-Estar Social, contrário a social-democracia, e foi impulsionado e passou a ganhar força a partir do *Consenso de Washington*. Segundo Montaño:

[...] em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. As recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual (2005, p.29).

O neoliberalismo não consegue alcançar seu propósito, que era o crescimento econômico por meio do aumento da produção, “[...] o capital, em vez de voltar-se para o setor produtivo, é canalizado para o setor financeiro, favorecendo um crescimento especulativo da economia e não o seu crescimento produtivo [...]” (IAMAMOTO, 1998, p. 35).

Assim, Iamamoto define que,

[...] O resultado é um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, renunciando a importantes graus de soberania nacional, em um contexto no qual há ampla prevalência do capital financeiro, ou uma “financeirização da economia”, nas palavras de Mattoso (IAMAMOTO, p. 35, 1998).

O mercado de trabalho no Brasil, vem sofrendo as conseqüências dessas transformações ocorridas nas formas de organização e gestão nas relações de trabalho. O processo se acelerou após o início da chamada "abertura econômica", iniciada nos anos 90 com o Governo Collor de Mello que tinha como discurso “modernizar o país”, que seguindo o

ideário neoliberal internacional, especialmente nas políticas indicadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, objetivou reduzir o protecionismo estatal em relação a vários setores de nossa economia. Dessa forma, o governo inseria o país na nova ordem mundial, redefinida pela globalização (DRUCK, 2000, p.47).

De tal modo, a atual conjuntura tem colocado desafios que testam tanto a capacidade da empresa nacional de se manter no mercado, quanto à dos profissionais em se manter em condição de vender seu conhecimento, uma vez que este novo padrão exige qualidade, flexibilidade e maior produtividade. Sendo assim, o processo de globalização fez com que as empresas se adequassem às exigências do cenário internacional.

A sociedade globalizada também está transformando a natureza do trabalho, tornando-o cada vez menos braçal e cada vez mais imaterial². A tendência é trabalhar de modo mais intelectual, com empreendimento autônomo e com fortes capacidades criativas. Capacidades autônomas e domínio das informações constituem-se em produção, por excelência, de saberes e de linguagens. É neste contexto que emerge um novo modo de organização e gerenciamento da produção, o qual será tratado no próximo item.

1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A temática reestruturação produtiva, tem sido objeto de pesquisa para muitos estudiosos de diversas áreas, como da administração, da sociologia, da engenharia, da psicologia, da educação e do serviço social. A importância desse tema está ligada diretamente as visíveis transformações mundiais ocorridas nos últimos anos, com destaque para a globalização e a inclusão de novas tecnologias organizacionais, gerenciais e industriais, que vem provocando alterações no número de empregos, nos modelos de gestões da força de trabalho, no grau de qualificação dos trabalhadores, terceirizações, entre outras (GARAY, s.d)

No Brasil, a reestruturação produtiva, tanto em empresas públicas como nas privadas, veio em resposta à necessidade de ajustamento frente aos padrões internacionais de

² Antunes (1999, p.127) citando Lazzarato afirma que: “O trabalho imaterial se encontra na fusão (ele é a interface) dessa nova relação produção-consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção-consumo. A ativação da cooperação produtiva, assim como da relação social com o consumidor, é materializada no e para o processo de comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Ele dá forma materializada as necessidades, o imaginário, os gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso sendo essencialmente seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato de que ela não se destrói no ato de consumo, mas sim se expande, transforma-se e cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor”.

produtividade e de qualidade, elemento básico de competitividade nesse novo cenário, trazendo em seu bojo, conforme assinala Garay,

[...] questionamentos como o da inadequação dos princípios tayloristas/fordistas às novas condições do mercado, assim como difundiu novos conceitos como de automação, flexibilidade, produção enxuta, qualidade total, descentralização produtiva, etc., maioria derivada dos métodos de gestão da indústria japonesa. Como resultado de tal reestruturação, os mais otimistas vêm até considerando a manifestação de um novo paradigma na organização e gestão do trabalho, num processo de ruptura com o padrão até então vigente (GARAY, s.d).

Na década de 70, a organização da produção se dava por meio das práticas predominantemente fordistas. Esse modelo foi aperfeiçoado através das idéias do engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, que ficaram conhecidas como taylorismo ou administração científica. Este modelo objetivava o aumento da produtividade do trabalho fabril através do controle do tempo dos movimentos realizados pelos empregados, que deveria ser o menor possível.

Seguindo as idéias de Taylor, Henry Ford introduziu a chamada linha de produção onde o trabalhador ficava em uma posição fixa, executando uma tarefa única, enquanto o objeto de trabalho se movimentava até chegar ao empregado através de uma esteira, reduzindo assim o tempo gasto no deslocamento destes. Além do aumento da produtividade resultante da redução no tempo de deslocamento, aumentava-se a produtividade e conseqüentemente a alta especialização do trabalho, já que cada trabalhador se especializaria e executaria uma única tarefa (HARVEY, 1996). Este modo de produção, é marcado pela execução rotineira do trabalho e controle do trabalhador, conforme assinala Garay:

A organização e a gestão do trabalho baseavam-se em elementos como divisão das tarefas e, conseqüentemente, a especialização do trabalhador, separação entre execução e produção (ficando a execução a cargo dos níveis hierárquicos mais elevados), aumento do controle (buscando a certificação de que o trabalho está sendo executado de acordo com os padrões estabelecidos), entre outros. O trabalho passa a ser rotineiro, com pequeno grau de envolvimento dos operários e a produção estimulada principalmente por incentivos financeiros (GARAY, s.d.).

O padrão fordista tinha como princípio a produção em massa, e precisava de consumo em massa. Esta necessidade fez com que os capitalistas dividissem, em forma de salários mais

altos os lucros com os trabalhadores, fazendo com que eles pudessem comprar o que produziam. Assim, Ford estabeleceu o “*five dollar day*”, em que os empregados trabalhavam oito horas diárias e ganhavam 5 dólares ao dia. Com tempo livre e maior renda os trabalhadores poderiam consumir os produtos produzidos em massa pelas corporações, tornando a inclusão social dos operários necessária à sobrevivência do capitalismo (HARVEY, 1996).

Para viabilizar a acumulação, com base nestes princípios, e conter as contradições naturais do capitalismo, o fordismo-keynesianismo tiveram como base “[...] um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico [...]” baseado na “rigidez total”: nos investimentos, nos mercados, na alocação, nos contratos de trabalho e nos compromissos do Estado (HARVEY, 1992, p.119).

A partir da década de 70 a nível mundial, em virtude da exasperação da globalização, da economia e da concorrência internacional, este modelo de acumulação do capital entrou em crise, chegando ao Brasil em início dos anos 90. Uma das conseqüências desta nova política, foi o aumento da entrada de empresas e mercadorias estrangeiras no país, acirrando a competição entre as empresas locais, determinando novas modalidades de produção, gestão e consumo da força de trabalho (GARAY, s.d.).

Esta crise refere-se à redução da produtividade, causada pela tendência decrescente da taxa de lucro; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia dos capitais financeiros, que ganhavam relativa autonomia frente aos capitais produtivos; maior concentração de capitais, devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas. O pacto feito entre capitalistas e trabalhadores e dirigido pelos partidos sociais democratas que estavam no poder e cujo resultado foi o “*welfare-state*” ou do estado de Bem Estar Social, trouxe várias repercussões políticas e sociais, gerando uma crise fiscal do Estado capitalista, culminando na redução dos gastos públicos sendo transferido para o capital privado; inicia-se então o processo de privatizações e a flexibilização do trabalho (SERRA, 2001).

Corroborando com essa idéia, Mota afirma que

Para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise, especialmente em função do desemprego, da precarização do trabalho, dos salários e do sistema de proteção social, observa-se a construção de outras formas de sociabilidade marcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, fraturando suas formas históricas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital (MOTA, 2000, p. 30).

Segundo Antunes, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são o resultado da crise experimentada pelo capital, que expressam a era da acumulação flexível, acarretando, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo trabalho, tais como: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, "além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadoria e para valorização do capital" (ANTUNES, 1995, p.45).

Contudo, a flexibilização da economia não representa a mudança no modo de produção capitalista, tão pouco o rompimento total com o modelo fordista. O que acontece realmente, é a incorporação de novos métodos na forma de gerenciar e organizar a produção, que se mistura ao método fordista-taylorista (BERTUZZI, 2007).

A crise do modelo fordista exigia que o capital viesse a estabelecer mutações em sua estrutura. Por ser incontrolável, o capital elabora sempre uma saída para sua crise. Com base no fordismo, é elaborado um novo modelo de produção, e este tem como objetivo resolver os problemas que teriam levado o modelo fordista-taylorista a uma crise estrutural. Inicia-se então, um processo de reorganização, que teve como principal resultado a emergência do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a falência do setor público estatal (ANTUNES, 1999).

No fordismo, os trabalhadores eram tidos apenas como extensão das máquinas e ferramentas, sendo nitidamente visível a separação entre a elaboração e execução, extinguindo a dimensão intelectual do trabalhador. Aos operários, restava executar mecanicamente as respectivas tarefas, relegados a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido, cuja organização e elaboração pertenciam à competência da gerência científica.

As lutas por melhorias das condições de trabalho e pelo controle social da produção, ocorridas nos anos 60, teriam papel determinante no rompimento da separação entre elaboração e execução, uma vez que reivindicavam também, entre outras pautas básicas, uma maior participação do operariado na organização do trabalho. Percebeu-se então, que

Os operários tinham se mostrado capazes de controlar diretamente não só o movimento reivindicatório, mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam que, em vez de limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os

dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência (ANTUNES, 1999, p. 44-45).

O operário passa a ser visto não só como extensão da máquina, mas também como ser que pensa, consciente e conectado ao processo produtivo cria as bases de um novo modelo de produção, o toyotismo. Se antes mantinha-se o operário longe das decisões organizacionais relacionadas à produção, no toyotismo ao contrário, valoriza-se o operário participativo, integrado ao processo produtivo. Da mesma forma, se no modelo anterior cada trabalhador operava um tipo de máquina, no toyotismo passa a vigorar o operário polivalente e multifuncional, capaz de trabalhar com diversas máquinas simultaneamente. Surge o que se chama de flexibilidade profissional, na qual se verifica a mistura entre elaboração e execução de tarefas e estratégias organizacionais. O trabalhador tornado polivalente é o que conhece além das suas atribuições características, sendo capaz de compreender a essência do processo produtivo. Com a possibilidade de conhecer outras operações, pode-se reforçar a cooperação entre os funcionários de uma organização, aumentando a eficiência e a produtividade em prol do capitalismo (ANTUNES, 1999).

Estratégias como o “*just in time*”³, ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, a eliminação do desperdício e os círculos de controle de qualidade (CQQ’s) são parte do discurso do modelo toyotista de produção e adotadas pelas empresas em todo o mundo. Estas estratégias tornaram-se modismo entre os consultores de recursos humanos e demais especialistas em contratação e recolocação profissional.

Segundo Grave, o toyotismo se difere do fordismo nos seguintes aspectos:

- a) a produção é orientada para as exigências das demandas dos consumidores, diferente da produção em massa fordista;
- b) o trabalhador geralmente é responsável pela operação de inúmeras máquinas e trabalha em equipes;
- c) o tempo é o mais bem aproveitado possível – princípio do *just-in-time*;
- d) os estoques são os mínimos possíveis;
- e) a empresa possui uma estrutura horizontalizada e empreende esforços na atividade-fim da empresa, terceirizando o restante;

³ *Just in time* é um neologismo, expressão que em português significa *bem na hora*, define um método de produção. De forma oposta ao taylorismo, característico do toyotismo, o *Just in Time* é um sistema de produção em que o produto ou matéria prima chega ao local necessário, para seu uso ou venda, sob demanda, no momento exato em que for necessário. Fabricar e entregar produto apenas a tempo de ser vendido, submontá-los apenas a tempo de montá-los nos produtos acabados, para fazer peças a tempo de entrar nas submontagem e, finalmente adquirir materiais apenas a tempo de serem transformados em peças fabricadas. Fabricar somente aquilo que você vende, de preferência que vendam primeiramente, depois fabricasse e posteriormente entregasse.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Just_in_time> Acesso em: 16 maio 2007.

- f) a construção dos círculos de controle de qualidade – CQQ's permitem a apropriação da empresa do conhecimento do trabalhador, uma vez que esse é chamado a participar do processo produtivo, contribuindo com sua melhoria e otimização (GRAVE, 2002, p. 84)

Enquanto o fordismo primava pela separação severa entre concepção e execução, o toyotismo traz uma inovação, entendendo a importância da interação entre esses dois aspectos, o pensar e o agir.

Alguns autores acreditam que o padrão toyotista progrediu no que concerne as relações entre patrão e trabalhador, já que foi transferido a este último uma maior participação e autonomia nos processos organizacionais. Compartilhando da idéia de Antunes (1999), Grave (2002) afirma que

[...] as mudanças propostas pelo toyotismo não favorecem os trabalhadores; pelo contrário, têm propiciado maior intensificação do trabalho, precarização e terceirização, maior competição entre eles e a universalização da insegurança e a conseqüente destruição dos mecanismos de organização de classe, transformando o sindicalismo combativo nas formas mais convergentes com as empresas [...] (ANTUNES, 1999 apud GRAVE, 2002 p. 85).

A verticalização das empresas abre espaço para a horizontalização, dando lugar à “empresa enxuta”, o que resulta na redução de postos de trabalho. A empresa produz somente o que irá vender, eliminando estoques e esperas, reduz os custos e aumenta a produtividade. “[...] pode-se dizer que na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’ merecem destaque, [...] empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho, e que apesar disso, têm maiores índices de produtividade” (ANTUNES, 1999 apud GRAVE, 2002, p. 85).

Esse processo de reestruturação produtiva faz com que a classe trabalhadora seja a mais prejudicada em virtude do aumento do desemprego, em especial os jovens e trabalhadores com 40 anos ou mais, que são considerados idosos para o mercado. Cresce consideravelmente o número de trabalhadores informais e aumentam as filas de desempregados à procura de empregos, visto que a oferta de vagas no mercado é irrisória, não absorvendo todo esse exército industrial de reserva (GRAVE, 2002). E, paralelamente a esta exclusão dos considerados "idosos" e jovens em idade pós-escolar, o mundo do trabalho, nas mais diversas partes do mundo, no Norte e no Sul, inclui crianças precocemente de forma criminosa no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas (ANTUNES ; ALVES, 2004).

Desta forma, há uma tendência não só na redução dos operários de chão de fábrica, mas também, dos profissionais que ocupam cargos de direção, gerência, inspeção, que além de ter seus conhecimentos absorvidos pelos programas de computadores, “[...] assistem também à incorporação e transferência de seu *know-how* aos próprios trabalhadores, que agora passam a assumir a função de supervisão do processo que operam” (GRAVE, 2002, p. 87).

O modelo fordista, por ter uma produção padronizada não dava opções aos consumidores, já o sistema toyotista, por possibilitar a produção de lotes menores, implicava em produtos com maior variabilidade, com custos diferenciados atendendo as necessidades do consumidor.

A inserção da tecnologia avançada foi um fato totalmente relevante neste modelo. A maior parte das empresas e indústrias adotou máquinas modernas capazes de substituir um número importante de trabalhadores. Todavia, o que poderia ser considerado um progresso na qualidade de vida das pessoas, passou a ser – por meio de seus detentores – um prenúncio do desemprego estrutural⁴, um marco no mercado de trabalho no final do século XX, que será abordado no próximo item.

1.4 NOVAS CONFIGURAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO NO FINAL DO SÉCULO XX.

As transformações sociais contemporâneas potencializadas pela abertura de mercado e internacionalização do capital (globalização/neoliberalismo), fazem surgir um novo padrão de organização social da produção (reestruturação produtiva), criando uma relação complexa entre Estado, mercado e sociedade civil.

Em relação ao Estado, como visto anteriormente, observa-se a redução de sua ação reguladora, principalmente com os cortes dos gastos públicos, sobretudo no que concerne às políticas públicas sociais. Como consequência desta retração do Estado, tem-se um crescimento dos espaços privados em detrimento dos espaços públicos (IAMAMOTO, 1998).

⁴ O desemprego causado pelas novas tecnologias, como a robótica e a informática, recebe o nome de desemprego estrutural. Ele não é resultado de uma crise econômica, e sim das novas formas de organização do trabalho e da produção. Tanto os países ricos quanto os pobres são afetados pelo desemprego estrutural, um dos graves problemas de nossos dias. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Desemprego_estrutural > Acesso em 16 de maio de 2007.

As mudanças no modo de produção afetam também as relações sociais, conforme salienta Mota, “estas novas formas de domínio supõe a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com a necessidade de mudança na esfera da produção e reprodução social” (MOTA, 2000, p. 29).

Ao passo que há um crescimento dos métodos flexíveis de produção e inserção de novas tecnologias, cresce também a insegurança no trabalho – visto que estas acabam por substituir a mão-de-obra humana – havendo uma transformação substancial do próprio trabalho. As empresas para poder continuarem competindo no mercado tendem a reduzir seus custos, realizando contratos de trabalho mais flexíveis. Significando, na prática, a ampliação da jornada de trabalho, o trabalho temporário, subcontratações, terceirizações, entre outras (SANTIAGO, 2004 apud BERTUZZI, 2007).

Esta insegurança no trabalho decorrente da acumulação flexível, além de elevar os índices de desemprego, promove a desregulamentação dos direitos trabalhistas e diminuição dos gastos com encargos salariais. Segundo Mota (2000), a reestruturação produtiva no Brasil é marcada pela redução dos postos de trabalho, que transformam os trabalhadores da economia formal em trabalhadores autônomos e sem registro em carteira profissional. Diante dessa conjuntura,

[...] o trabalhador coletivo se reordena em torno de um vasto número de estatutos trabalhistas e reprodutivos (precarizados e desprotegidos), que fazem ecoar de modo permanente, entre a força de trabalho ativa, o risco e a ameaça de desemprego permanente e estrutural como expressão da modernização neoconservadora deste final de século (SOUZA ,1994 apud MOTA, 2000, p. 32).

Com a emergência das novas tecnologias sobre a dinâmica do emprego busca-se à capacitação dos trabalhadores, cujo nível de exigência de qualidade, pelas empresas, torna-se cada vez mais intenso. Os trabalhadores com pouca escolaridade vão sendo excluídos do mercado de trabalho e substituídos pelos mais capacitados e com maior gama de competências.

Este novo contexto, que altera as estratégias clássicas da velha divisão do trabalho, requer a formação de um profissional polivalente, equilibrando sua capacidade de atuar de forma prática e intelectual e exigindo uma alteração no perfil de desempenho dos trabalhadores, o que, inevitavelmente, acarreta alterações nas instituições que fazem a qualificação desses profissionais. Ou seja, a antiga separação entre as etapas de concepção e

execução da produção, entre o pensar e o fazer, estão desaparecendo e perdendo a rigidez e o trabalhador que exercia tarefas repetitivas e simples, no estágio atual, passa a atuar de forma mais ampla e abrangente (MOTA 2000; DRUCK 2000).

Analisando o problema do trabalho “qualificado”, “polivalente” e “multifuncional”, Antunes afirma que esse processo

[...] faz aflorar o sentido falacioso da “qualificação do trabalho”, que muito freqüentemente assume a forma de uma manifestação mais ideológica do que de uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a *confiabilidade* que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital (ANTUNES, 1999, p. 52).

O contexto do modo de produção mundial, é influenciado por uma terceira revolução industrial, em que radicais mudanças tecnológicas forçaram a formação de grandes reservas de força de trabalho. Neste sentido, os trabalhadores são forçados a se polarizarem, para se manterem competitivos, através da execução de múltiplas tarefas e funções e com os mesmos proventos, em razão da diminuição do quadro de funcionários das organizações (IAMAMOTO,1998).

E ainda, o modo de produção vigente acaba por recriar formas arcaicas de trabalho, [...] como o trabalho a domicílio, o trabalho familiar, o não reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas e, fundamentalmente, um maior índice de desemprego estrutural (IAMAMOTO, 1998, P. 32).

No que concerne à substituição da mão-de-obra pela utilização das máquinas, constata-se que existem – entre os pensadores – duas posições que se contrapõe. Alguns autores defendem que, mesmo com a inserção das tecnologias nas empresas modificando radicalmente a produção fabril, a possibilidade do fim do trabalho inexistente. Haja vista que, ao mesmo tempo em que são extintos vários postos de trabalho nos setores industriais, vão surgindo novas formas de trabalho, geralmente na esfera de serviços como engenharia de processo, software, integração, ou ligados ao campo do lazer (CASTELLS, 2000; ANTUNES, 1999; COUTINHO, 1994).

Desta forma, Pochmann (2001) acredita que uma das únicas maneiras do Estado operar com o objetivo de barrar o crescimento do desemprego, seria através da formação e do constante treinamento profissional. Já Rifkin (1995), tem uma posição contrária, pois acredita que os programas de retreinamento não funcionariam de forma adequada, visto que os

empregos de qualidade que ainda existem, exigem um alto grau de qualificação e conhecimento, sendo que a maioria dos trabalhadores que hoje estão em busca de trabalho é sem qualificação ou semiquualificados.

Segundo Menegasso (1998), os estudos de Rifkin mostram o fim do “emprego em si”, o trabalho idealizado e experienciado na sociedade atual. Utilizando-se ainda das palavras de Rifkin, Menegasso assinala que o autor conclui

que os excluídos enfrentarão inúmeras dificuldades se a sociedade como um todo não adotar políticas para a sobrevivência e a ocupação das pessoas. No raciocínio desenvolvido pelo autor, a tecnologia substituirá o trabalho humano em todas as áreas e setores. Ele aponta a necessidade de se equacionar o problema envolvendo políticas públicas e o desenvolvimento do "terceiro setor", este constituído pelas ONGs - Organizações não Governamentais e demais órgãos de atividades comunitárias, neste estudo identificadas como sistemas conviviais (RIFKIN, 1995 apud MENEGASSO, 1998).

Esta colocação demonstra que Rifkin, assim como outros autores, acreditam que o então chamado “terceiro setor”, seria a alternativa para o desemprego atual, contrapondo esta idéia, faz-se necessária a utilização das análises de Antunes. Para o autor, o terceiro setor é constituído pelo trabalho voluntário que abrange várias atividades, principalmente as assistenciais que se desenvolvem à margem do mercado.

O crescimento do “terceiro setor” decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural [...]. Essa forma de atividade social, movida predominantemente por valores não mercantis, tem tido certa expansão com trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos em associações similares. Alternativa limitadíssima para repor as perdas de postos de trabalho [...]. Não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital (1999, p. 112).

Ainda, acerca da luta contra as adversidades no mundo do trabalho, Mattoso (1996) e Pochmann (2001), acreditam que os problemas de desemprego, precarização, redução salarial entre outros, não poderão ser enfrentados com políticas limitadas ao mercado de trabalho (políticas desreguladoras). Faz-se necessário, que tais políticas venham acompanhadas de políticas públicas (não necessariamente de caráter regulador).

Vale lembrar, que a intensificação das adversidades postas aos trabalhadores, não ocorre apenas em países capitalistas centrais que tem uma absorção maior das tecnologias de informação. Conforme revela Pochmann (1999), não apenas os trabalhadores nas economias centrais encontram-se em condição adversa. Nas regiões periféricas, acentuam-se os sinais de desestruturação do mercado de trabalho, com crescente desemprego, desassalariamento e geração de postos de trabalhos não assalariados, geralmente precários.

Com um ponto de vista diferente, Castells (2000), acredita que a tecnologia não seja a responsável pela redução dos postos de trabalho, e que em longo prazo possibilitaria a criação de novos empregos, já que a produtividade e competitividade da empresa seriam maior. Em sua opinião, o desemprego seria causado em virtude de políticas macroeconômicas inadequadas do que do aparecimento de novas tecnologias. Assim, o autor indica uma redefinição do emprego ao invés de seu fim.

Sem sombra de dúvidas, o crescimento no setor serviços aliado às altas tecnologias, exige dos trabalhadores uma maior qualificação profissional, para que estes tenham condições de inserir-se e manter-se no mercado de trabalho, mas estas exigências nem sempre garantem boas condições de trabalho e salários dignos, constituindo-se assim, um novo desafio à formação profissional.

II FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM UM MERCADO GLOBALIZADO

2.1 INTRODUÇÃO

Hoje, seguindo os parâmetros do mercado de trabalho em um mundo globalizado, não basta somente o conhecimento adquirido no curso de formação técnica ou universitária para garantir a colocação de um profissional em determinada instituição e muito menos, sua permanência durante alguns anos nesta. A globalização do mercado gera uma necessidade de obter um conhecimento profundo sobre seu segmento de atuação, ser generalista e ainda manter seu diferencial competitivo, ou seja, especializar-se no mercado de trabalho. Todas estas alterações nas relações refletem-se no conteúdo e direcionamento ético-político das profissões.

2.2 COMPETÊNCIA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

É importante destacar que as tendências globais sempre tiveram repercussões diretas na América Latina e no Brasil, até mesmo, pela constante relação de dominação e dependência desta aos países desenvolvidos. Historicamente no Brasil, o campo da formação profissional tem sido iniciativa do Estado associado ao setor privado, em função das necessidades postas pela economia do grande capital (FRANCO, 1998), continuando nos anos 80 com o processo de globalização, até os dias de hoje com as determinações da reestruturação produtiva apontadas na seção anterior.

De forma objetiva podemos indicar que desde o regime autoritário do Estado Novo, a Constituição de 1937 destinava a formação profissional “as classes menos favorecidas” (art. 129), sendo colocada “na base dualista do sistema nacional de ensino: o ensino primário e profissional para as classes trabalhadoras e o ensino secundário e a formação geral ou intelectual para as classes médias e altas”. Este projeto se formalizou em 1942 com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e das Escolas Técnicas Federais através da Lei Orgânica do Ensino Industrial (FRANCO, 1998, p. 202).

Na década de 60, após o Golpe Militar de 1964 com a expansão do capitalismo, houve a ideologização do ensino influenciada pela “teoria do capital humano”, da educação técnica e pela importância da educação para o desenvolvimento econômico (FRANCO, 1998). Segundo Oliveira,

A Teoria do Capital Humano afirma que uma maior escolarização contribui diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, em função de um aumento de renda que decorre, diretamente, da sua melhor qualificação para o desempenho no mercado de trabalho. Em outras palavras, o incremento da produtividade – decorrente do aumento da capacitação – levaria a que o indivíduo também se beneficiasse pelo aumento dos seus salários (OLIVEIRA, s.d.).

A década de 90 foi profundamente marcada por alterações na dinâmica do capitalismo internacional, alterações estas que tiveram seu início na década de 70, com a crescente integração dos mercados mundiais (DELUIZ, 2007). Como citado na seção anterior, esse fenômeno caracteriza-se pelo crescimento acelerado dos fluxos de bens e capitais que leva a um novo paradigma do modo de produção capitalista, no qual acentuam-se a produtividade e a competitividade, impulsionadas pelo uso intensivo de novas tecnologias (principalmente as tecnologias de informação) nos setores da produção e de serviços mais avançados. Esse novo contexto tem conduzido as empresas a uma reordenação de suas práticas organizacionais e de gestão, assim como a uma ampliação das exigências quanto aos requisitos de qualificação da força-de-trabalho.

Diante desta nova realidade, Deluiz (2007) afirma que não se busca mais uma qualificação profissional voltada para o desenvolvimento de tarefas relacionadas a um determinado posto de trabalho, com salários estabelecidos em que as tarefas já estão delineadas e podem ser visualizadas, mas sim

[...] da qualificação real do trabalhador, compreendida como um conjunto de competências e habilidades, saberes e conhecimentos, que provêm de várias instâncias, tais como, da formação geral (conhecimento científico), da formação profissional (conhecimento técnico) e da experiência de trabalho e social (qualificações tácitas) (DELUIZ, 2007).

A autora ainda sinaliza que “a qualificação real dos trabalhadores é muito mais difícil de ser observada e constitui-se mais no ‘saber-ser’ do que no ‘saber-fazer’”. Campos define estes saberes da seguinte maneira:

Saber ser - refere-se aos valores de um indivíduo, suas características pessoais e culturais, sua capacidade de se comunicar, interagir, adaptar-se a novas situações, entre outras. As capacidades de ordem psicológica também são levantadas por alguns autores, como saber agir e reagir com pertinência, combinar os recursos e mobilizá-los em um contexto, transportar, se engajar, aprender e "aprender a aprender";

Saber fazer - está relacionado à aplicação dos conhecimentos e reflete as habilidades como resultado das competências adquiridas (CAMPOS, 2004).

E ainda, corroborando com essa idéia, observa-se que a formação orientada para o trabalho não se restringe à preparação meramente instrumental do trabalhador, mas amplia-se para a dimensão cognitiva na perspectiva de constituição de competências técnico-intelectuais para as competências organizacionais ou metódicas, sócio-comunicativas e comportamentais (DELUIZ, 2007). O processo de formação volta-se, então, “à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital” (MOTA ; AMARAL, 2000, p.29).

Analisando estas exigências dentro da dimensão profissional, Deluiz desenvolve uma tipologia que envolve estes cinco grandes grupos de competências⁵: a) técnico-intelectuais, as habilidades básicas como aprender a pensar; b) organizacionais e metódicas, organizar o próprio trabalho, estabelecer meios próprios, gerenciar o tempo e o espaço; c) comunicativas, capacidade de se comunicar com o grupo; d) sociais, o saber ser, transferir conhecimentos; e) comportamentais, que advêm da necessidade de incorporação da subjetividade do trabalhador nos processos produtivos (DELUIZ, 1997, p.91-94).

Para Hirata (1994), o conceito de competência, tal como está posto no debate atual, é marcado política e ideologicamente por sua origem empresarial. É um conceito polissêmico , uma vez que seu sentido defini-se em função dos sujeitos que o utilizam . Diferentemente da acepção multidimensional da qualificação (real, operatória e como relação social), o modelo da competência corresponderia a um modelo pós-taylorista de qualificação, e sua origem estaria associada à crise da noção de posto de trabalho e à de um certo modelo de classificação e de relações profissionais. Dentro dessa concepção,

⁵ O conceito de competência começou a ser utilizado na década de 80 na Europa. É originário das Ciências da Organização, surgindo num momento de crise do sistema taylorista/fordista, globalização, acirramento da competição entre os mercados e flexibilização do trabalho. Tendo por base o aumento da escolarização entre os jovens “as empresas passam a usar e adaptar as aquisições individuais da formação, sobretudo escolar, em função das suas exigências. A aprendizagem é orientada para a ação e a avaliação das competências é baseada nos resultados observáveis” (DELUIZ, 2007).

[...] a correspondência entre um saber, uma responsabilidade, uma carreira, um salário tende a se desfazer na medida em que a divisão social do trabalho se modifica. Às exigências do posto de trabalho se sucede “um estado instável da distribuição de tarefas” onde a colaboração, o engajamento, a mobilidade passam a ser as qualidades dominantes (HIRATA, 1994, p. 125).

Sem abandonar o conceito de qualificação, Leite sugere que o conceito de competência centra-se no "caráter da qualificação como relação social". Segundo a autora, a partir desta perspectiva,

qualificação define-se em situações histórico-sociais concretas, como resultado não só da dialética capital-trabalho, nem do determinismo tecnológico, mas, sobretudo, das relações sociais, inclusive entre os próprios trabalhadores. Construir competências significaria, pois, definir posições no processo de trabalho, no mercado e na própria sociedade (1994, p. 73-74).

Apesar dessas competências serem indispensáveis ao sistema produtivo, não são suficientes para garantir ao trabalhador a ampliação de seu potencial humano e nem seu processo de emancipação individual e coletiva. Na construção dessas competências, é necessário proporcionar aos trabalhadores uma formação que lhes permitam atuar “como cidadãos produtores de bens e serviços e como atores na sociedade civil, atendendo a critérios de equidade e democratização sociais” (DELUIZ, 2007). Neste sentido, Deluiz assinala a importância de acrescentar aos conjuntos de competências profissionais

[...] as competências políticas, que permitiriam aos indivíduos refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção (compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva, seus direitos e deveres como trabalhador, sua necessidade de participação nos processos de organização do trabalho e de acesso e domínio das informações relativas às reestruturações produtivas e organizacionais em curso), assim como na esfera pública, nas instituições da sociedade civil, constituindo-se como atores sociais dotados de interesses próprios que se tornam interlocutores legítimos e reconhecidos (DELUIZ, 2007).

Contudo, Deluiz (2007) salienta que a qualificação real do trabalhador aliada ao conjunto de suas competências individuais e coletivas não são cumulativas e estáticas, e sim, como uma seqüência, pois é um processo dinâmico que se ajusta ao mercado interno e externo de trabalho. Destarte, os conhecimentos tácitos que são adquiridos durante a trajetória

profissional têm uma história e ainda hoje são utilizados pelas empresas desde o modelo taylorista/fordista. A dificuldade que as empresas têm encontrado na atualidade é de conseguir formalizar essa qualificação real, visto que estas competências estão mais relacionadas à subjetividade/intersubjetividade do trabalhador do que as qualificações prescritas anteriormente.

Assim, pesquisadores, profissionais de gerenciamento e recursos humanos têm como desafio buscar referenciais que possam entender estas competências, identificando os seus conteúdos e como, em uma situação concreta, esses mecanismos se articulam perante a necessidade de solucionar problemas (DELUIZ, 2007).

Com relação à “abordagem das competências”, Deluiz (2007) afirma que não se pode ignorar que a qualificação real dos trabalhadores está alicerçada historicamente em meio a globalização econômica e demais alterações ocorridas no conteúdo e natureza das atividades laborais. Apesar de ser influenciada pela conjuntura econômica, política e social, “é expressão das relações sociais e resultantes de negociações e embates entre interesses nem sempre convergentes do capital e trabalho”.

A qualificação como relação social mostra que o conceito de qualificação profissional refere-se também a tentativa de resistir, ao longo da história, as determinações da sociedade capitalista em curso. Se concebermos a qualificação profissional como acesso do trabalhador ao saber envolvido no processo de trabalho, estamos salientando além da aquisição de conhecimento técnico uma dimensão política, já que a aquisição desse conhecimento estaria condicionada ao grau de controle do trabalhador sobre a produção. Sendo importante ressaltar que,

as competências não surgem como desdobramentos "naturais" das tecnologias e das novas formas de organização do trabalho (como se novas tecnologias induzissem, necessariamente, a novas competências e estas a novas formações) e que, portanto, não podem ser "deduzidas" diretamente do conteúdo do trabalho, mas refletem relações de poder entre interlocutores sociais envolvidos no processo de produção de bens e de serviços, cujos contornos variam, historicamente, de país para país (DELUIZ, 2007).

Segundo Pochmann (2001), os estudos mais recentes realizados sobre as novas tendências das ocupações têm procurado destacar a necessidade da formação de um novo trabalhador, mais condizente com as alterações no conteúdo e nas condições de produção. Entretanto, para evitar a inadequação entre a demanda de trabalho mais exigente e a oferta de trabalhador com pouca preparação, tornam-se crescentes os requisitos de maior qualificação profissional e a elevação das habilidades para o exercício laboral.

Diante do exposto, novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais na contratação de empregados com polivalência multifuncional e com maior capacidade motivadora e habilidades de relacionamento interpessoal. Esses requisitos profissionais, indispensáveis para o ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, somente serão passíveis de atendimento por meio de um maior nível educacional dos trabalhadores.

Neste novo contexto, o padrão de polivalência multiqualificada parece assumir diante dos novos paradigmas da produção, papel preponderante no processo de qualificação e requalificação da força de trabalho.

A quantidade de jovens que terminam um curso de graduação e de trabalhadores que carecem de qualificação ou requalificação é imensa. Assim sendo, é necessária a transformação de paradigmas no que diz respeito à aprendizagem. As instituições de ensino superior precisam tornar-se parceiras em potencial da atualização constante de seu contingente acadêmico.

2.3 EMPREGABILIDADE E MERCADO DE TRABALHO

Assim como as relações de trabalho se modificaram ao longo do século os empregos também sofreram alterações. A partir da reestruturação produtiva, globalização, avanços tecnológicos, flexibilização das relações de trabalho os empregos se tornaram mais instáveis e com oscilações na remuneração, demandando do profissional novas habilidades. Sendo assim, este deve preocupar-se, sobretudo com a formação constante e progressiva, atualizando-se com frequência, administrando seu próprio trabalho como se fosse um negócio.

Uma das “chaves” do profissional para se inserir e se manter no mercado, é reconhecer que deve dispor de um arsenal de aptidões cada vez maior. Portanto, estamos diante do conceito de empregabilidade. Nos Estados Unidos o termo equivalente é “*employability*” e significa a “condição de dar emprego ao que se sabe, a habilidade de obter ou manter um emprego ou trabalho” (MINARELLI, 1995, p. 37).

O atual modelo de desenvolvimento baseia-se na concentração de capital, no uso intensivo de novas tecnologias e em relações de trabalho mais flexíveis, como abordado anteriormente, o que gera taxas crescentes de desemprego e desqualificação. Como estratégia de enfrentamento dessa situação, constitui-se o conceito de “empregabilidade”, que deve

redirecionar as relações capital/trabalho na era da informação. Segundo Minarelli (1995), a empregabilidade pode ser entendida como a busca de ações empreendidas pelas pessoas para desenvolver habilidades e buscar conhecimentos favoráveis com vistas a conseguir uma colocação no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

O trabalhador qualificado para o mercado de trabalho atual, é aquele preparado para a "polivalência, a multifuncionalidade, o comprometimento com a empresa" (Kameyama, 1998, p. 9), qualificado tecnicamente, o que também não significa garantia de emprego se levado em consideração a grande competitividade para inserção no mercado de trabalho.

Numa tentativa de delinear a nova concepção que as relações de trabalho estão assumindo, Minarelli propõe que:

Empregabilidade é a condição de ser empregável, isto é, de dar e conseguir emprego para seus conhecimentos, habilidades e atitudes intencionalmente desenvolvidas por meio de educação e treinamento sintonizados com as novas necessidades do mercado de trabalho. Um profissional com empregabilidade tem suas chances de atuação ampliadas pela grande atratividade que exerce em contratantes potenciais, devido à sua contribuição ajustar-se às novas demandas empresariais (MINARELLI, 1995, p. 11).

Segundo Hirata (1997), o conceito de empregabilidade assim como o de competência, ainda não é bem definido e assume diversos sentidos. Na literatura econômica e nas análises estatísticas, empregabilidade refere-se à passagem de uma posição de desemprego para a de emprego. Hirata ainda assinala que, o modelo de competências, assim como o conceito de empregabilidade, são termos ideológicos-políticos que se firmaram primeiro na França e começaram a ser utilizados nos estudos econômicos e históricos sobre o desemprego. No debate francês, empregabilidade e competência podem ser consideradas sinônimos, pois para ambas a centralidade da qualificação está no indivíduo.

No Brasil em 1998, este tema foi tese de doutorado de Maria Ester Menegasso cujo título era: "O Declínio do Emprego e a Ascensão da Empregabilidade". Neste estudo Menegasso diz que a empregabilidade objetiva preparar as pessoas para a eventualidade de enfrentar as condições e as novas formas de relações de trabalho.

O mercado demanda os trabalhadores chamados "qualificados" e este ainda coloca o profissional em uma relação perversa, já que a responsabilidade pela não-contratação é transferida ao trabalhador, culpabilizando-o pela sua falta de empregabilidade. Prioriza-se o indivíduo e sua capacidade objetiva e subjetiva de adquirir estas competências, e ao fazerem

isto, desarticulam-no das condições de trabalho, da reestruturação produtiva, das questões de classe, etc.

Assim, pode-se observar que a preocupação com a empregabilidade deve ser de responsabilidade de cada profissional. Investir em formação continuada para desenvolver seus conhecimentos e habilidades, suas competências, tecer uma teia de relações pessoais e profissionais caracterizam-se ações capazes de assegurar a permanência no mercado de trabalho. Conforme afirma Hirata (1996),

a noção de empregabilidade está associada a uma política de seleção da empresa e implica transferir a responsabilidade da não-contratação (ou da demissão, no caso dos *plan sociaux*) ao trabalhador. Um trabalhador "não empregável" é um trabalhador não-formado para o emprego, não-competente etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e mesoeconômicas contribuem decisivamente para essa situação individual (HIRATA 1996, p. 10).

Considerando essa abordagem, Oliveira (1999) chama a atenção para a responsabilidade do indivíduo com relação à mudança de postura e busca de conhecimento.

Ao responsabilizar os indivíduos pelo estabelecimento de estratégias capazes de inseri-los no mercado de trabalho, justifica-se o desemprego pela falta de preparação dos mesmos para acompanharem as mudanças existentes no mundo do trabalho. Sob a ótica da empregabilidade, a necessidade dos indivíduos disporem de habilidades e conhecimentos adequados aos interesses da produção, passa a ser o primeiro elemento considerado nas discussões a respeito das possibilidades de superação do desemprego existente (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

O modelo de competências cria a ilusão segundo a qual há ganhos para os trabalhadores, pois ao contrário do que acontecia antes, o treinamento dá lugar ao trabalho comunicativo e interativo, elevando o grau de subjetividade dos trabalhadores ao exigir níveis mais elevados de abstração, criatividade, dinamismo, comunicação etc. Os autores que enaltecem esse processo "não percebem" que nessa nova sociabilidade, ocorre uma captura da subjetividade, capaz de elevar o processo de subsunção real do trabalho ao capital (BATISTA, s.d.).

Analisando o surgimento do modelo de competência, Hirata constata que o mesmo é resultado da evolução do debate acerca da qualificação profissional. Após vincular o modelo

de competência como a forma assumida pelas qualificações no “novo modelo produtivo”, que seria o “modelo empresarial japonês”, ou seja, o toyotismo, a autora afirma que:

a competência é uma noção oriunda do discurso empresarial [...]. Noção ainda bastante imprecisa, se comparada ao conceito de qualificação, um dos conceitos-chaves da sociologia do trabalho francesa desde os seus primórdios [...] noção marcada política e ideologicamente por sua origem, e da qual está totalmente ausente a idéia de relação social, que define o conceito de qualificação para alguns autores [...] (HIRATA, 1994, p. 132).

Machado (1996), argumenta que o jogo do mercado produz uma reificação das qualidades, dos atributos e das capacidades humanas, que passam a ser tomados como naturais, como algo inerente à natureza do indivíduo e não como características criadas e possibilitadas socialmente. O indivíduo competente, com personificação, acaba se transformando num fetiche, assim

a competência enquanto atributo pessoal se identifica como o ser rentável e o saber competir, a capacidade de pertencer ao mercado por direito, de concorrer e fazer cumprir o objetivo de maximização das condições de venda da própria força de trabalho, mostrando que entre os dois termos competência e competir há mais que uma identidade etímica, há identidade com a lógica do capital (MACHADO, 1996, p.3).

Portanto, a noção de competência é uma redefinição da qualificação profissional, no complexo de reestruturação produtiva, capaz de gerar um rompimento entre as exigências da qualificação antes voltada para os postos de trabalho, onde imperava a rotina e a monotonia em que o aprendizado profissional era para toda a vida (BATISTA, s.d.).

Segundo Batista (s.d.), novas exigências são impostas ao trabalhador, além de mais conhecimentos deve estar preparado para mudar de profissão ao longo de sua vida. As *competências* juntamente com a *empregabilidade* formam a ideologia da *acumulação flexível* constituída nos princípios e lógica organizacionais do *toyotismo*, que é a configuração hegemônica da produção do capital no contexto da mundialização. A noção de *competências* é a forma funcionalista com que o capital arquiteta a participação manipulatória do trabalho, polivalente e multifuncional, capturando sua subjetividade, levando ao extremo a alienação, o estranhamento do indivíduo e o fetichismo social.

III SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO

3.1 INTRODUÇÃO

Atualmente formar profissionais capacitados para atender as demandas conjunturais é um desafio colocado para as instituições de ensino superior responsáveis pela formação profissional. Os cursos de Serviço Social, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), desde a década de 1980, têm enfrentado essa questão através de processos desencadeados nacionalmente, de revisão curricular. Os textos de Yamamoto (1998) e de Netto (2001), fundamentam uma formação profissional acompanhando as mudanças ocorridas na dinâmica da sociedade, visto que as relações sociais que permeiam o cotidiano estão em movimento dialético, gerando contradições e transformações sociais, que refletem na maneira de pensar, intervir e formar profissionais aptos à execução e formulação de propostas.

3.2 APONTAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

As mudanças nas dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas vêm alterando substancialmente o processo de formação profissional do assistente social. Estas transformações societárias implicam não só nas novas demandas postas ao serviço social, mas também, na necessidade premente de redimensionamento da formação profissional. Yamamoto (1998) aponta que a formação profissional do assistente social, deve ser orientada de forma que este possa compreender criticamente a realidade social, deve ter um processo dinâmico e continuado em permanente atualização, daí uma especialização teórico metodológica, ético política e técnico operativa intensa que atenda as novas demandas postas à profissão. Segundo a autora, são as alterações das relações de trabalho que trazem novas exigências a formação profissional, diz ela:

Exige que a formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela “modernização” da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial (IAMAMOTO 1998, p. 180).

Como resultado dessas mudanças tem-se o surgimento de várias escolas de serviço social. Segundo Iamamoto (2002), havia no ano de 2002 no Brasil, 55 cursos de serviço social, atualmente encontram-se cadastrados no sistema do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 269 cursos distribuídos em Universidades Federais, Estaduais, fundações e escolas particulares isoladas. Em Santa Catarina, existem atualmente 14 cursos de serviço social, dentre estes somente 6 estão filiados a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)⁶.

Esta expansão no número de Universidades em todo Brasil, está atrelada diretamente a Reforma do Ensino Superior, visto que há uma redução de investimentos por parte do governo nas instituições públicas, abrindo espaço para o empresariamento e privatização do ensino superior público. Em contrapartida, observamos a alocação de recursos públicos para instituições privadas de ensino superior. Essa lógica foi fortalecida principalmente pela Lei n. 11.079, de 30 de dezembro 2004, que dispõe sobre a parceria público-privada (ARAGÃO; COSTA; QUEIROZ, 2004).

Esta ampliação do número de instituições, também pode ser atribuída ao desenvolvimento capitalista e o conseqüente crescimento da “questão social”, nas suas particularidades, pois cresce a exigência por profissionais mais qualificados tecnicamente, que são solicitados pelo Estado ou pela esfera privada na implantação de políticas sociais voltadas para a classe trabalhadora. Isso pode ser verificado pelo crescente número de escolas de serviço social em toda a América Latina, inclusive, no crescimento também dos cursos de pós-graduação (IAMAMOTO, 2002).

⁶ Dados retirados do site da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS <http://www.abepss.org.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=6&id=16&Itemid=29> Acesso em 02/06/2007.

Segundo a autora, essas exigências expressam

[...] necessidades de superar deficiências técnico-científicas da formação profissional básica, de obter prestígio e estabilidade profissional em um campo em que a oferta dessa mão-de-obra qualificada vem crescendo, estabelecendo maior concorrência entre os profissionais, e ainda, necessidade de aperfeiçoamento da prática profissional. Os cursos de pós-graduação estão voltados para objetivos de especialização e teórico-científico em torno das distintas manifestações da realidade profissional (IAMAMOTO, 2000, p. 161-162).

Essa demanda por profissional qualificado em nível superior também tem levado a criação de vários cursos de pós-graduação em serviço social. A primeira escola a criar um curso de especialização para docentes foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1966, antes mesmo dos cursos em nível de mestrado, que tiveram seu início em 1972 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e na PUC de São Paulo (PUC-SP) e, em seguida, na UFRJ em 1976 e na PUC Rio Grande do Sul (PUC-RS) em 1977 (IAMAMOTO, 2002).

Faz-se necessário salientar que, a qualificação requerida ao assistente social através da sua formação profissional vai além das exigências para sua inserção no mercado de trabalho. Conforme assinala Iamamoto,

[...] trata-se de *preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado*. Trata-se, aqui, de um projeto profissional que, demarcado pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do assistente social diante da divisão social e técnica do trabalho, seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer exigências históricas que se apresentem à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico. Refere-se a um projeto profissional com uma direção social definida, capaz de articular-se teórica e praticamente aos projetos sociais das classes sociais subalternas em suas relações com as forças atualmente dominantes (IAMAMOTO, 2002, p. 163. Grifo da autora).

Isto significa formar profissionais qualificados e habilitados teórica e metodologicamente, portanto, tecnicamente para “compreender as implicações de sua prática, reconstruí-la, efetivá-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes” (IAMAMOTO, 2002, p.163).

Como consequência do atual contexto político, econômico e social brasileiro temos as grandes taxas de desemprego, a precarização do trabalho por meio de atividades autônomas e desassalariadas, perda dos direitos sociais, ausência de qualificação profissional, minimização do Estado, redução dos investimentos em políticas sociais públicas, a desmobilização dos movimentos sociais, entre outras mazelas da sociedade capitalista, repercutindo de forma direta na formação do assistente social e em sua ação profissional social. Assim, Koike (1999) sinaliza que

Para dar conta dessa complexidade, a formação profissional precisa garantir o desenvolvimento de um conjunto de novas competências teórico-instrumentais e ético-políticas que, somadas ao acúmulo proporcionado pela maturidade acadêmico-profissional e político-organizativa da profissão, assegure, tanto inteligibilidade às transformações sociais que moldam a sociedade contemporânea, quanto vinculação da ação profissional às necessidades e processos sociais que afirmam o ideário consubstanciado no Código de Ética Profissional (KOIKE, 1999, p. 106).

Para apreender essa complexidade, Bravo e Matos (2004), afirmam que as instituições de ensino superior voltadas para a formação crítica dos seus acadêmicos não devem ter como maior preocupação encontrar respostas para as demandas do mercado de trabalho. E sim, ter como um dos desafios a instituição de novas demandas à profissão, indo além da relação mecânica com a realidade. Sendo assim,

[...] a pesquisa e a extensão são essenciais para aprofundar o conhecimento e dinamizar a transmissão do saber. Pensada sob a ótica da extensão, a pesquisa e a sala de aula são momentos privilegiados de aquisição de novos conhecimentos. Entretanto, o ensino não se limita a quatro paredes de um recinto fechado embora não exclua momentos imprescindíveis de transmissão do saber. A pesquisa também, não fica isolada em uma torre de marfim principalmente, a pesquisa que interessa ao Serviço Social (BRAVO; MATOS, 2004).

Além dos elementos referidos – sólida base teórico-metodológica e habilidades no campo da investigação – deve-se acrescentar a estes profissionais um outro requisito: “uma experiência prática e diversificada que contemple tanto o campo de atuação no âmbito das políticas sociais do Estado como entre as organizações populares”. São disciplinas de intervenção social caracterizadas pela dimensão pedagógica presente na prática profissional do assistente social em suas relações com a população usuária, pois proporciona uma atenção

maior aos recursos técnico-operativos na concretização das estratégias de atuação com os setores majoritários da população (IAMAMOTO, 2002, p. 164).

É fato que a formação profissional deve estar voltada para a sociedade civil e suas relações com o Estado, na sua participação no campo social e político, para as formas de viver e trabalhar que portam, permitindo que recriem sua *inventividade social* com sonhos e projetos compartilhados socialmente (IAMAMOTO, 1998).

Nos anos 80, o serviço social progrediu na análise de políticas sociais públicas, ampliando a discussão para as políticas sociais empresariais, inscritas no mundo do trabalho. Todavia, não se apropriou de todas as mudanças históricas que vêm acontecendo na sociedade, no perfil das classes sociais em sua diversidade, em sua inserção à produção/reprodução do processo social. Segundo Iamamoto,

A atenção para as políticas do Estado redundou em uma *certa secundarização da análise dos sujeitos sociais, da dinâmica da sociedade civil, e, em especial, da compreensão dos segmentos sociais que são público alvo das ações profissionais*, mais além da proximidade cotidiana que se tem com o mesmo, de modo que retraduz a convivência em explicações de sua existência (IAMAMOTO, 1998, p. 197. Grifo da autora).

Para Iamamoto, uma das exigências que se prevê na reconstrução do projeto de formação profissional, é a aproximação dos assistentes sociais às classes subalternas em suas condições de vida e formas de organização, que deveriam ser estimuladas, tendo como objetivo apreender as suas necessidades e interesses sociais, culturais e políticos e os mecanismos adotados por estes no enfrentamento de situações vivenciadas, coletiva ou individualmente. Interesses estes, não necessariamente político-partidários que se apresentam em suas organizações, mas também nas lutas organizativas por melhores condições de vida nos locais de trabalho, nos bairros, etc. Identificar seus anseios, os centros de contestação e oposição que vêm sendo instituídos – quase sempre em conservação da vida – e amadurecidos de diversas maneiras, incentivando as lutas, e o pensamento da vida em sociedade: “o processo de constituição de sujeitos sociais coletivos, na e a partir da historicidade da vida cotidiana” (IAMAMOTO, 1998, p.197).

A formação profissional deve proporcionar que os futuros assistentes sociais sejam sensíveis e solidários para a construção de “uma *nova cidadania, como estratégia política de gestão de uma cultura pública democrática*, contrapondo-se ao culto, ao individualismo, à linguagem do mercado, ao “ethos” da pós-modernidade” (DIGNINO, 1994 apud

IAMAMOTO, 1998, p. 199). A criação de uma cidadania voltada para a inclusão das classes que estão excluídas de seus direitos, das práticas sociais, mas continuam sendo necessários para a produção da riqueza social dos outros. Cidadania que estimule a criação de novos mecanismos de sociabilidade, de acordo com as relações entre o Estado e a sociedade civil de forma que o ideário liberal seja superado.

Para que isto se efetive, torna-se prioritário conhecer as instituições, que na maioria das vezes são obstáculos para a intervenção profissional. Intervir de maneira precisa na realidade social procurando avançar nos saberes éticos em interlocução com a sociedade. Buscar romper com o conservadorismo da ação e do pensamento, pois a mudança na realidade está na expansão do conhecimento, sendo necessário o aprimoramento intelectual e a permanente capacitação qualificada. Pautar pela publicização da universalização dos direitos, com práticas que se oponham ao neoliberalismo, buscando sempre a participação de todos a fim de construir uma democracia participativa de fato (YAZBEK, 2007)⁷.

Faz-se necessário refletir sobre a importância de abrir novas dimensões éticas e culturais, entendendo os desafios e o sistema em que os profissionais de serviço social estão inseridos para a reafirmação do projeto ético político da profissão, que está presente nas diretrizes curriculares e que baliza uma prática mais consistente e comprometida.

3.2.1 A ABEPSS e sua participação na construção do projeto ético político profissional

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), surgiu em 1946, ainda no início da profissão, quando existiam somente três escolas de serviço social – Rio de Janeiro (1937), São Paulo (1936) e Rio Grande do Sul (1945) – tendo como objetivo estabelecer um fórum coletivo de discussão da formação profissional do assistente social, demonstrando a preocupação e o compromisso com os primeiros profissionais de serviço social brasileiros e sua formação na área (ABESS, 1996).

Desde o seu surgimento, a ABEPSS mantém seus princípios de reunir as unidades de ensino articulando as demais organizações nacionais da categoria, hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), em torno da promoção e construção de um significado social para a formação dos assistentes sociais, fixando-lhes rigor teórico-metodológico e relação histórica com a sociedade.

⁷ Aula inaugural do curso de serviço social da UFSC, abril de 2007/1. Análise de conjuntura da formação profissional do assistente social: desafios e perspectivas. Palestrante Prof^a Dr^a Maria Carmelita Yazbek (PUC/SP).

Enfrentou, desde o início, vários desafios frente à própria expansão do ensino superior em serviço social no Brasil, agregando o progresso na pesquisa e produção de conhecimentos na área, expressa na formação da pós-graduação, através do seu Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS) (ABESS, 1996).

A ABEPSS, anteriormente denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) tem como finalidade “assegurar direção intelectual e político-pedagógica ao processo de formação profissional” (ABEPSS, 2006).

A Entidade tem foro jurídico no Distrito Federal, em Brasília, mas seu funcionamento é itinerante, permanecendo, a cada dois anos, correspondentes ao período da gestão, abrigada na instituição de ensino a qual o (a) presidente é vinculado (a). Com o passar dos anos a Associação passou por várias mudanças em sua estrutura, mas sem distanciar-se dos objetivos da sua fundação.

Em 1998, a ABEPSS, expressando o avanço na pesquisa e produção do conhecimento na área do serviço social, mediante alterações estatutárias, passou a contar com uma coordenação nacional de graduação e outra de pós-graduação, as quais compõem, também, as seis Vice-presidências Regionais.

Sua estrutura passou a ser integrada por uma representação nacional e representações regionais dos discentes, sendo seu órgão deliberativo máximo a assembléia geral dos sócios, composta por unidades de ensino, (sócios institucionais colaboradores e individuais), os quais realizam o pagamento de uma anuidade que permite o funcionamento da Entidade. Os supervisores de campos de estágios, também têm suas representações nas Direções Regionais. Estão no momento, filiadas a ABEPSS, 93 unidades de ensino. Porém, em sua atuação, todas as escolas de serviço social do país são contempladas.

A ABEPSS vem enfrentando dificuldades para a consolidação do projeto de formação profissional, expresso nas suas Diretrizes Curriculares de 1996. Esta dificuldade se apresenta, em maior parte, devido às privatizações e sucateamento da esfera pública que tiveram início no governo de Fernando Henrique Cardoso, e tem tido continuidade no governo Lula, com o avanço das políticas neoliberais na educação brasileira, no que concerne ao ensino superior, materializa-se na Reforma Universitária⁸.

Todavia, Netto afirma que, para que os projetos profissionais se afirmem na sociedade, adquirindo solidez e sendo respeitados diante de outras profissões, como também perante às

⁸ Cabe ressaltar que historicamente, o Partido dos Trabalhadores se posicionou contra a Reforma Universitária iniciada pelo Governo FHC, operada em consonância com as recomendações das agências multilaterais.

instituições públicas, privadas e seus usuários, é necessário que o corpo profissional seja profundamente organizado (NETTO, 1999). E ainda, ressalta que os projetos profissionais têm infinitas dimensões políticas, “seja no sentido amplo (referido às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referido às perspectivas particulares da profissão)”. Entretanto, nem sempre essas dimensões são visíveis, principalmente quando sinalizam para direções conservadoras e reacionárias (NETTO, 1999).

Os projetos profissionais devem ser construídos coletivamente pela categoria profissional, não somente pelos profissionais “de campo” ou “da prática”, mas deve ser pensado por todos os membros que efetivam a profissão, que aqui se apresentam CFESS, ABEPSS, ENESSO, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), sindicatos e demais associações de assistentes sociais (NETTO, 1999).

O projeto de formação profissional construído pelo coletivo da categoria aponta para uma formação generalista, permitindo assim, a consolidação do perfil de um profissional crítico e propositivo, que construa um conjunto articulado de competências (teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política); um conhecimento substantivo da profissão; a instauração de uma atitude investigativa; a sensibilização para a postura interdisciplinar e uma atenção especial ao domínio “empírico” da realidade (ABESS, 1996).

3.2.2 Novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social

Na década de 90, mais precisamente em 1993, a questão da formação do assistente social frente às novas exigências da contemporaneidade é colocada em debate. A apreensão que leva a tais reflexões é a necessidade de uma revisão no currículo mínimo do curso, vigente desde 1982, que possibilitasse, na visão destas instituições, um “salto qualitativo” na formação do assistente social que não foi atingido pela primeira revisão curricular. O conteúdo dessas discussões considera “a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórica metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABESS, 1996, p.145).

Além da ABEPSS, o debate contou com a participação do CFESS e da ENESSO. Posteriormente a discussão foi ampliada às escolas de serviço social, o que resultou na proposição de novas Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de serviço social.

Inicialmente avaliou-se os impasses e tensões que vinham dificultando uma formação profissional contemporânea e de qualidade e, a partir do resultado dessa avaliação, foi

elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a “Proposta básica para o projeto de formação profissional”.

Em 1996, teve continuidade este trabalho coletivo, com realização de oficinas que contou com o assessoramento de um grupo de consultores, o que levou à elaboração de um segundo documento intitulado “*Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate*” (ABESS, 1996).

No final deste processo todas as propostas de revisão curricular realizadas pelas instituições de ensino foram sistematizadas, “resultando em seis documentos regionais a partir dos quais a diretoria da ABESS, os representantes da ENESSO e do CFESS, o grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultoria Pedagógica elaboraram a ‘Proposta nacional de currículo mínimo para o curso de Serviço Social’” (ABESS, 1996).

Foram realizadas entre o dia 7 e 8 de novembro de 1996, no Rio de Janeiro, a II Oficina Nacional de Formação Profissional e a assembléia geral da ABESS, e nesta oportunidade a proposta foi apreciada e aprovada.

Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgado a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB)⁹ Lei n. 9394, o que oportunizou o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o curso de serviço social, em conformidade com a nova lei. Estas diretrizes

estabelecem um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade e descentralização do ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados (ABESS, 1996, p. 59).

A ABEPSS define em seu Estatuto critérios de funcionamento das escolas e ingresso dos cursos, constando também as indicações de conteúdos específicos do serviço social no currículo e a exigência dos estágios como atividade pedagógica fundamental para o ensino/aprendizado da prática profissional.

⁹ Lei de Diretrizes e Base da Educação, integra o programa de ajustes estruturais proposto pelo Banco Mundial e FMI, na pauta de estratégias de enfrentamento da crise do capital. Expressa nitidamente orientações neoliberais das agências internacionais. Objetivando a sintonização da educação a nova ordem mundial, adaptando os perfis profissionais ao novo paradigma da sociedade moderna, calcada no conhecimento tecnológico.

Conforme o artigo 2º do Estatuto da ABEPSS, esta tem como finalidades:

- I - propor e dinamizar uma política de formação em Serviço Social que expresse a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando a graduação e pós-graduação.
- II - estimular o intercâmbio e a colaboração em nível nacional e internacional entre as Unidades de Ensino, grupos de pesquisa, pesquisadores e entidades representativas da categoria dos assistentes sociais.
- III - contribuir para aperfeiçoar a formação profissional do Assistente Social na perspectiva de atender as exigências regionais e o projeto ético-político profissional, em nível nacional, regional e local;
- IV - representar e defender os interesses da área de Serviço Social, junto às agências de fomento no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão;
- V - apoiar as iniciativas de criação de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no país;
- VI – Propor e manter atualizado um processo contínuo e sistemático de avaliação institucional dos cursos de Graduação e Pós-graduação;
- VII - acompanhar o processo de autorização e reconhecimento dos cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação;
- VIII - fomentar e estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa nas universidades e/ou outras instituições voltadas para a pesquisa;
- IX - promover a publicação da produção acadêmica gerada no âmbito do Serviço Social;
- X - divulgar cadastro de pesquisadores e de pesquisas em Serviço Social, produzidas ou em processo de produção no Brasil;
- XI - promover eventos acadêmico-científicos de produção de conhecimento na área do Serviço Social;
- XII - atuar no sentido de fortalecer a concepção de formação profissional compreendida como um processo que abrange formação acadêmica, pesquisa, capacitação continuada e prática organizativa e profissional;
- XIII - manter atualizadas as subáreas de conhecimento e especialidades em Serviço Social junto aos órgãos de fomento, adequando-as aos eixos temáticos de pesquisa. (ABEPSS, 2007).

É importante ressaltar que as diretrizes propostas têm como pressuposto central a constante construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para que “a intervenção profissional nos processos sociais estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do Assistente Social” (ABESS, 1996, p. 63).

3.2.3 A formação profissional e o mercado de trabalho do assistente social

A profissão encontra-se regulamentada pela Lei n. 8662 de 17/06/93¹⁰, e orientada pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, Resolução do Conselho Federal de Serviço Social n. 273/93.

O serviço social ao longo de sua história, foi visto como uma profissão essencialmente interventiva, prestando serviços sociais previstos em políticas públicas e privadas. Com o advento da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei n. 8.742 de 07/12/1993, estabeleceram a Assistência Social – juntamente com a Previdência Social e a Saúde – como uma política integrante da Seguridade Social. Oportunizou-se assim, a ampliação dos direitos sociais abrindo novos espaços de exercício profissional, tendo a saúde, a previdência e a assistência como campo privilegiado de atuação do assistente social. Ampliou-se também, por meio dos Conselhos Municipais, Estaduais, Nacionais e os Conselhos de Direitos, a participação da sociedade civil no que concerne à formulação, gestão e controle das políticas sociais (ABESS, 1997).

O serviço social mesmo sendo regulamentado como profissão liberal – o que gera oportunidades para casual exercício autônomo – não altera a condição do assistente social, ou seja, ele é de fato, um trabalhador assalariado, inscrito nos campos governamental, empresarial, ONGs e entidades de cunho filantrópico. Ao vender a sua força de trabalho em troca de salário, o profissional entrega o valor de uso de sua mercadoria ao empregador, que tem direito de consumi-la durante a jornada de trabalho, desde que atendendo as diretrizes, políticas, objetivos e recursos da instituição que o emprega. E segundo Yamamoto,

[...] é no limite dessas condições, que se materializa a relativa autonomia, de que dispõe o profissional na consecução de suas ações, na definição de prioridades e de formas de execução de seu trabalho. Essa autonomia decorre mesmo da natureza da especialização deste trabalho – que atua junto a indivíduos e não a coisas inertes – interferindo na reprodução material e social da força de trabalho via serviços sociais (educação, saúde, habitação, família, etc.); trabalho que se situa predominantemente no campo político-ideológico, no exercício de funções de controle social e difusão de ideologias oficiais junto às classes trabalhadoras (1998a, p. 14)

¹⁰ A referida lei, em seu artigo 5º, estabelece as atribuições privativas do Assistente Social, fornecendo parâmetros para as atividades de fiscalização do exercício profissional. Dentre estas destacamos as que incidem sobre a formação profissional, como: V) assumir o magistério de Serviço Social, tanto ao nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI) treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII) dirigir e coordenar unidades de ensino e cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação; (VIII) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social.

Isto porque, este mesmo trabalho que tem como rumo a efetivação dos direitos sociais, objetivando a construção de uma cultura do público e o exercício de práticas democráticas, também pode ser alterado, tendo em vista o caráter contraditório das relações sociais que compõem a atual sociedade burguesa: nela, há uma correlação de forças de interesses sociais distintos e contrários, determinando forças sócio-políticas em ação por hegemonia, buscando instituir consensos de classes e alianças em torno dos mesmos (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982). Assim, torna-se necessário evidenciar a atitude política na atuação do assistente social:

[...] política no sentido de Gramsci, enquanto transição do momento econômico ao ético-político, isto é, da esfera da necessidade à liberdade, que dá origem a novas iniciativas (COUTINHO, 1989 apud IAMAMOTO, 1998, p. 14). Em outros termos, é a dimensão ético-política que permite neutralizar a alienação da atividade, envolvida no trabalho assalariado, para quem o realiza, permitindo que o profissional se afirme como sujeito que luta por atribuir direção social ao seu trabalho (IAMAMOTO, 1998a, p. 14).

Os processos de trabalho em que os assistentes sociais estão inseridos têm sofrido profundas alterações, tanto pelas mudanças na esfera da produção quanto no Estado. A inserção de novas mediações da questão social – objeto de trabalho do assistente social – em suas várias expressões, como o aumento da pobreza, da violência, da luta pela terra, em suma, essas novas condições sociais aliadas ao protagonismo dos sujeitos, contribuem para moldar novas formas de enfrentamento da questão social, sendo fortalecida pelas relações de poder e exclusão política, econômica e cultural. Diante do exposto, Iamamoto afirma que “o acompanhamento dos processos sociais que produzem/reproduzem a questão social e a pesquisa dessa realidade são componentes indissociáveis do exercício profissional” (1998a, p. 15).

No que concerne ao mercado de trabalho, o Estado ainda hoje tem o maior número de instituições empregadoras dos assistentes sociais, e a maior parte destes profissionais atuam nas políticas de proteção social, mais precisamente na área da saúde e da assistência social. No entanto, constata-se, diante do processo de descentralização político-administrativa e da municipalização das políticas sociais, um possível aumento do espaço ocupacional dos assistentes sociais, no que diz respeito à formulação, gestão e avaliação de políticas sociais (IAMAMOTO, 1998a).

Segundo a autora, hoje, a condição necessária para o assistente social dar conta dessas novas exigências, é ser um profissional propositivo, que vá além da execução, que tenha habilidade de formular projetos de trabalho negociando com as instituições empregadoras. Ser

um profissional capaz de gerir, implementar e avaliar políticas e projetos sociais. E ainda, participar dos Conselhos de Direitos, desenvolvendo ações que contribuam para a democratização das políticas públicas, realizar estudos e pesquisas.

Koike (1999), assinala que os profissionais de serviço social necessitam romper com a idéia de que a reestruturação produtiva afeta apenas as empresas e por conseqüência seus funcionários. Esta situação afeta também os assistentes sociais e suas condições de trabalho.

E ainda corrobora que, o assistente social é igualmente um trabalhador inserido na divisão social e técnica do trabalho, se oferece no mercado vendendo sua força de trabalho em troca de salário, sendo requisitado para atender também as necessidades do capital, visando ao aumento do lucro e da produtividade das organizações, desta forma, “ele tem de competir pelo emprego escasso e pela manutenção de sua empregabilidade¹¹” (KOIKE 1999, p. 105).

Em meio a essa competitividade na busca pelo emprego, Koike aponta que é necessário que não se naturalize o fato restringindo-se

[...] à um mero *adequacionismo* às exigências do mercado. Como profissional, tipo particular de trabalhador, tem, por um lado, de responder às atuais requisições do mercado de trabalho submetido às novas modalidades de organização dos processos produtivos, de gestão e de consumo da força de trabalho, com tudo o que estes representam para o agravamento da questão social. Por outro lado, *cabe desenvolver novas competências e legitimidade social para o enfrentamento das demandas emergentes, sobretudo daquelas que vão consolidar as novas formas de produção e de reprodução da força de trabalho* (KOIKE, 1999, p.106. Grifo nosso).

O desmonte das políticas públicas sociais governamentais e a minimização do Estado na prestação dos serviços sociais, favorecem o crescimento do chamado *terceiro setor* formado pelas ONGs e da “filantropia empresarial” através das fundações e organizações sociais. Nesta última, destacam-se as “empresas cidadãs” ou “empresas solidárias”, que têm suas estratégias voltadas diretamente para o “*marketing*” buscando com isso demonstrar uma boa imagem social da empresa perante a sociedade. Observa-se concomitantemente, mudanças

¹¹ Refere-se às condições individuais de competência e aptidão para: chegar ao mercado de trabalho, manter-se no emprego e reingressar no mercado de trabalho. Associa-se à qualificação profissional tendo como meio seguro (e visto como único) de manter-se apto, a formação profissional em bases contínuas. A educação permanente seria a estratégia possível de salvaguardar a capacidade de transitar em um mercado de trabalho hipercompetitivo e em constante mutação. O conceito tem pressupostos, de que obter ou não um emprego depende da vontade e aptidão individual; a educação, por sua vez, adquire um caráter pragmático e reducionista de simples adequação ao mercado[...] CFESS: (ABEPSS, 1999, p.105).

[...] nas tradicionais atribuições dos assistentes sociais nas empresas: a atuação na área de benefícios é mantida, por vezes com apoio informacional através de *softwares* apropriados. [...] Adquire prioridade e relevância a atuação na área de gestão de recursos: a assessoria à gerência; as atividades de recrutamento, seleção, treinamento e reciclagem de pessoal; avaliação de desempenho; administração de salários, prevenção e atenção à saúde do trabalhador; prevenção de acidentes de trabalho; programas de “qualidade total”, entre outros (IAMAMOTO, 1998a).

Para a atuação em empresas os requisitos exigidos devem ir além de “habilidades e qualidades pessoais”. O assistente social deve ter capacitação para atuar em equipes interdisciplinares, programas de qualidade total e para formulação e realização de pesquisas; ter habilitação em planejamento, realizar estudos para conhecer profundamente as áreas específicas de atuação etc. Nessa direção, Yamamoto afirma que

Tais elementos são indispensáveis para que o assistente social possa responder à novas e antigas atribuições que abrangem funções de coordenação e gerenciamento, planejamento, socialização de informações referentes à direitos sociais, mobilizações da comunidade para a implantação de projetos além de orientações, encaminhamentos e providências (IAMAMOTO, 1998, p. 130).

Estas exigências expostas anteriormente requerem dos assistentes sociais um novo perfil profissional, tais como: conhecimento de línguas estrangeiras, domínio em informática, sintonia com as transformações sociais e à permanente qualificação. Além destas exigências, requisita-se, acima de tudo,

[...] um profissional crítico, com competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, dotado de habilidades como criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidades de negociação, resolução e argumentação, habilitado para o trabalho interdisciplinar e para atuar no campo da consultoria (ABESS, 1997, p.81).

Em meio a estas mudanças que estão ocorrendo, o que tem se observado é uma transformação no “*tipo de atividades que foram tradicionalmente atribuídas ao assistente social*”, e que leva muitas vezes a uma leitura contrária, como “desprofissionalização”, “perda de espaços”, “restrição de suas possibilidades ocupacionais”, que segundo Yamamoto demonstra

[...] as dificuldades de se apreender as alterações históricas que processos sociais macroscópicos vêm gerando no campo profissional. Alterações essas que têm de ser “agarradas” – decifradas e antecipadas – pelas agências de formação, como requisito para se qualificar profissionais afinados criticamente com a contemporaneidade e que nela tenham lugar [...] (1998, p. 183).

Em tese, para responder a este perfil delineado, o assistente social precisa ser um profissional culto e atento às possibilidades do mundo contemporâneo, que saiba elaborar, avaliar e recriar propostas de políticas sociais e das forças da sociedade civil organizada. Ser um profissional informado, crítico e propositivo, que acredite no protagonismo dos atores sociais. Mas também, um profissional que conheça o instrumental técnico-operativo, apto para atuar no plano de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, incentivador da participação da sociedade civil na formulação, gestão e avaliação de programas sociais.

4 O MERCADO DE TRABALHO NA VISÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC.

4.1 INTRODUÇÃO

No início desta seção, foram apresentados os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa que norteou este trabalho. Em seguida apresentou-se as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da UFSC, as quais serviram como baliza para entender o que está proposto para a efetivação do Projeto Ético-Político da profissão, e como estão se efetivando na opinião dos egressos do curso no período de 2005 a 2006, inseridos no mercado de trabalho ou não, e que realizaram o registro profissional no CRESS 12ª Região até o período da realização da presente pesquisa. E por fim, foi feita a análise dos dados levantados através da pesquisa realizada com as assistentes sociais¹², mostrando qual a situação profissional atual destas, e indicando o que consideraram mais importante ou deficitário na formação profissional realizada pela UFSC para a inserção no mercado de trabalho.

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Por tratar-se de um Trabalho de Conclusão de Curso, considerou-se que a idéia de pesquisa que melhor explicita suas características é a exploratória, que conforme Gil (1989) assume, na maioria das vezes, o formato de pesquisa bibliográfica, embora também neste trabalho, tenham sido realizados questionários com profissionais de serviço social.

No estudo exploratório busca-se a real importância do problema mediante a aproximação do tema escolhido. O pesquisador informa-se a respeito do estágio em que se encontram as pesquisas sobre a problemática em foco, que podem ser por levantamento bibliográfico, entrevistas, visitas e sites (SANTOS, 1999). Deve considerar-se também, uma pesquisa qualitativa, já que considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e o sujeito, conforme assinala Minayo

¹² Refere-se aos sujeitos que participaram da pesquisa no sexo feminino, pois 100% das participantes foram mulheres.

A pesquisa qualitativa se preocupa, nas Ciências Sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde ao espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994. p.21).

A coleta de dados envolveu primeiramente em limitar a população a ser estudada, que no caso foram os ex-alunos do curso de serviço social da UFSC, formados no período de 2005 a 2006, que estão ou não inseridos no mercado de trabalho, e que realizaram o registro profissional no CRESS até o período de realização da pesquisa.

Embora seja a pesquisa qualitativa o eixo do trabalho, são várias as formas de coletas de dados, e nesta, utilizou-se o recurso quantitativo como elemento complementar. Segundo Lakatos e Marconi, essas formas variam de acordo com as circunstâncias ou tipo de investigação (1991).

Para a realização da referida pesquisa, foi necessário o contato com o CRESS 12ª Região com o objetivo de capturar dados, tais como: nome, e-mail e telefone para contato com os sujeitos que participariam da pesquisa. O universo da pesquisa foi composto de 81 profissionais, segundo lista enviada pelo CRESS.

A amostra da pesquisa constituiu-se de 22 assistentes sociais formados pela UFSC no período de 2005 a 2006, que efetuaram seu registro no CRESS 12ª Região até o período da realização da presente pesquisa, e foram selecionados aleatoriamente dentre o universo, por terem fornecido o endereço de e-mail, favorecendo o contato para o envio do questionário. Foi realizado um pré-teste, com três profissionais que receberam o questionário e depois foram contatados a fim de identificar algum tipo de dificuldade e possíveis sugestões para a melhoria do mesmo. É importante salientar, que os profissionais que participaram do pré-teste não contabilizam na pesquisa apresentada, a qual conta com 19 participantes.

Conforme a problemática da pesquisa, pode-se definir alguns questionamentos que nortearam o trabalho, tais como: 1) se o mercado de trabalho está absorvendo a quantidade de alunos formados pela UFSC; 2) qual foi a satisfação do aluno em relação ao curso de graduação; 3) se a graduação em serviço social foi importante para a execução das atividades realizadas no emprego atual.

Diante do que foi proposto, foram utilizados dados primários obtidos através do questionário aplicado junto aos bacharéis, que Gil define como uma ferramenta de coleta de dados composta por várias perguntas ordenadas, que precisam ser respondidas por escrito sem o entrevistador estar presente. “[...] Em geral, o pesquisador envia o questionário ao

informante, pelo correio ou um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo” (1989, p. 201).

Diante dos objetivos propostos, foi elaborado um questionário com 23 questões fechadas e 3 abertas, com uma carta de apresentação (Apêndice A) sinalizando a importância desta pesquisa, objetivando o maior retorno possível das questões respondidas num prazo de 2 semanas. Este questionário foi enviado no dia 24 de maio de 2007 através de correio eletrônico (e-mail). Obtivemos êxito no retorno, pois foram enviados por e-mail 22 questionários e retornaram 100% deles.

Após a coleta de dados, foram realizadas a análise e interpretação destes. Mas antes da análise convém comentar sobre a tabulação dos dados obtidos. Segundo Lakatos e Marconi, a tabulação

É a disposição dos dados em tabelas, possibilitando a maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles. É uma parte do processo técnico de análise estatística, que permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente. Dessa forma, poderão ser melhor compreendidos e interpretados mais rapidamente. (LAKATOS; MARCONI 1991, p.167).

A tabulação dos dados foi realizada de forma eletrônica através de planilhas do Excel a fim de agilizar e facilitar o processo. Após a organização dos dados e obtenção dos resultados, foram realizadas a análise e interpretação destes, tendo como objetivo principal obter respostas às indagações que foram feitas, e estabelecer as relações necessárias com os dados obtidos.

4.3 DIRETRIZES CURRICULARES DA UFSC

Conforme consta no histórico do curso de serviço social da UFSC, elaborado pela Coordenação do mesmo em 2004 – diante das profundas alterações nos processos de produção e reprodução da vida social, resultantes da reestruturação produtiva, da reforma do Estado, novas formas de enfrentamento da questão social e a conseqüente alteração das relações entre o público e o privado que altera significativamente as demandas profissionais - constatou-se a necessidade de uma revisão curricular tendo como pressupostos duas considerações básicas: a dimensão interventiva da profissão, nas suas inter-relações nos processos de exclusão cultural, social, política e econômica, e as manifestações da questão

social no campo das transformações ocorridas a partir do reordenamento do capital e do trabalho, resultado do processo de reestruturação produtiva no Brasil.

Em 1985 foi implantado o currículo, e desde então o Departamento de Serviço Social da UFSC realizou avaliações sistemáticas, tendo como objetivo adequar a formação profissional do assistente social às exigências da atualidade. Em 1991, foi realizada uma revisão curricular parcial, considerada insuficiente para projetar à categoria profissional um perfil condizente para intervir frente às demandas do final do milênio, haja vista as rápidas transformações que estavam ocorrendo naquela década.

Segundo o histórico do curso, consta no documento intitulado “Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social”, de 1999, já vinham sendo observadas exigências para uma modificação substancial no projeto de formação profissional do assistente social desde o início da década de 90 e as unidades de ensino do país, coordenadas pela ABEPSS, iniciaram um amplo e sistemático debate, analisando e propondo as alterações para a exigida revisão curricular. Para o alcance desses objetivos, foram realizadas no Brasil, entre 1994 e 1996, aproximadamente 200 oficinas locais, isto é, nas unidades de ensino filiadas à ABEPSS, 25 oficinas regionais e 2 oficinas nacionais.

O Departamento de Serviço Social da UFSC participou ativamente deste processo, a nível nacional e regional. No nível local, também participaram alunos, professores e profissionais, representados pelo CRESS 12ª Região, o que oportunizou a construção da proposta de alteração curricular de forma coletiva, sendo esta formalmente apresentada em 1999. Nesta proposta constam as diretrizes gerais para os cursos de serviço social aprovadas pelas unidades de ensino em novembro de 1996.

Ao pensar na alteração do currículo com essas diretrizes, foram verificadas as tendências da categoria profissional referenciada pelas exigências do mercado de trabalho, as mudanças dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, suas novas competências e atribuições¹³. Interrogou-se como preparar efetivamente profissionais que apresentassem condições de atuar de forma competente nos planos teórico, político e operativo, assegurando a compreensão da intervenção efetivada e do próprio significado social da profissão na sociedade brasileira contemporânea. Em decorrência dessas considerações, os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, que formataram a revisão curricular, foram os seguintes:

¹³ A resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993 institui o Código de Ética Profissional. E no dia 08 de junho de 1993 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão de Assistente Social.

a) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva. Reconhecer esta dimensão implica em reconhecer que o Serviço Social se altera e se transforma quando se alteram e se transformam o que é o fundamento de sua existência, ou seja, a questão social e os processos de exclusão. Outra decorrência desse reconhecimento é a necessidade de compreensão dos processos sociais e de um instrumental heurístico para tal tarefa. Desta forma, teoria, método e história não se constituem em eixos curriculares ou em disciplinas, mas perpassam a formação profissional como pressupostos para a compreensão do movimento histórico e concreto da realidade e os aspectos focais da mesma, os quais se constituem em objetos de intervenção profissional.

b) A relação do Serviço Social com as expressões da questão social e com os processos de exclusão social é mediatizada por um conjunto de situações/dimensões sócio-históricas e teórico-metodológicas que se constitui no seu processo de trabalho e que objetiva um produto concreto; este é integrado por elementos tidos como constitutivos da profissão: objeto, objetivos, papéis e funções, instrumentos e técnicas de atuação - dimensões técnico-políticas e teórico-metodológicas do fazer profissional. Assim, a questão social para o assistente social é visualizada com um olhar que é próprio e determinado pela profissão em sua constituição histórica e pelo significado a ela atribuído pela sociedade.

c) As alterações no modo de organização do capital e do trabalho introduzem modificações nas demandas profissionais e alteram o mercado profissional, pois provocam mudanças na esfera da produção que operam refrações nos mecanismos de reprodução social - âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social.

d) O processo de trabalho no Serviço Social é determinado por configurações estruturais e conjunturais da questão social, por processos de exclusão e pelas formas que a sociedade dispõe e implementa para atenuá-los. As demandas que se apresentam, hoje, à profissão têm configurações que dão novas dimensões aos velhos fenômenos, como os novos papéis da sociedade civil, a segmentação social dos usuários, as novas formas de organização do trabalho, reeditando situações de século XIX nos dias atuais. Esse conjunto de considerações forma um perfil profissional que pressupõe um assistente social capacitado para ações qualificadas no plano teórico-metodológico, prático-operativo e ético-político (COORDENAÇÃO DEPARTAMENTO SERVIÇO SOCIAL, UFSC, 2004).

Estes pressupostos atravessam/transpassam as diretrizes curriculares que dão sustentação a uma formação profissional que possibilite:

1. a apreensão crítica do processo histórico;
2. a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender a constituição e o desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. a apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. a apreensão das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas e;
5. o exercício profissional cumprindo as competências, atribuições e exigências previstas na legislação que regulamenta a profissão e no Código de Ética Profissional (COORDENAÇÃO DEPARTAMENTO SERVIÇO SOCIAL, UFSC, 2004).

O currículo teve sua aprovação em 19 de novembro de 1998 e foi implementado no primeiro semestre de 1999, buscando manter o caráter generalista da formação profissional no plano institucional como um requisito a mais, exigido pelo mercado de trabalho. E está estruturado de acordo com as diretrizes curriculares vigentes, que garante um conjunto de conhecimentos indissociáveis, traduzidos em três eixos de fundamentação: fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos sócio-históricos da sociedade brasileira e fundamentos de trabalho profissional (NOGUEIRA, 2004).

Além da implementação do novo currículo, em 1999, outra mudança substantiva ocorreu: a ampliação de vagas do curso de serviço social. Desde sua criação, em 1959, até 1970, o Curso oferecia uma entrada anual. A partir da década de 1970, passou a funcionar com duas entradas no período matutino (uma em março e outra em agosto) e a partir do ano de 1999, passou a ter quatro entradas: duas em março e duas em agosto (atendendo os períodos matutino e noturno) perfazendo um total de 140 ingressos anuais.

É importante salientar, que os processos de avaliação curricular são contínuos, realizados através de reuniões dos Colegiados do Curso, Departamento, Fórum Político Pedagógico do Curso de Serviço Social e da realização da Semana Acadêmica, permitindo diagnosticar situações, oportunizando algumas alterações que vêm sendo realizadas, visando uma formação profissional com excelência.

Atualmente, está sendo retomada a discussão e o trabalho para uma revisão do Projeto Político Pedagógico com o intuito de acompanhar as mudanças em curso.

4.4 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO

Para iniciar a exposição da análise da pesquisa, considerou-se importante tecer uma breve apresentação das profissionais que foram sujeitos da elaboração da mesma, como também conhecer a situação profissional atual dessas profissionais que se formaram na UFSC no período de 2005 a 2006. É importante destacar, que estes dados não foram analisados neste momento por não fazer parte dos objetivos propostos nesse trabalho.

4.4.1 Situação profissional atual das assistentes sociais formadas no período de 2005 a 2006.

Como referenciado no início desta seção, a pesquisa contou somente com a participação de assistentes sociais do sexo feminino, lembrando que a seleção das profissionais foi realizada aleatoriamente por estas terem cadastrado o e-mail no CRESS ao fazerem seu registro profissional. Cabe destacar, que na listagem enviada pelo CRESS, constavam 81 profissionais formados no período de 2005 a 2006, destes 81 apenas 2 são do sexo masculino. O que reafirma mais uma vez que a profissão tem uma composição predominantemente feminina, o que nos remete a afirmação de Yamamoto, “a condição feminina é um dos selos da identidade desse profissional, o que não implica desconhecer o contingente masculino de assistentes sociais [...]” (IAMAMOTO 1998, p.104).

Quanto à faixa etária das profissionais, identificou-se que 32% delas têm idade superior a 30 anos, 26% possuem entre 24 e 26 anos, 21% tem idade entre 20 e 23 anos e, também, 21% tem 27 e 30 anos. No que se refere à inserção no mercado de trabalho, foi possível identificar que 90% das profissionais pesquisadas estão trabalhando como assistentes sociais, 5% estão desempregadas e 5% trabalham, porém não exercem a profissão.

Com relação às regiões em que as assistentes sociais trabalham, verificou-se na pesquisa que 58% das profissionais estão atuando na Região da Grande Florianópolis; 16% encontram-se no Vale do Itajaí; 11% estão em outras regiões; 5% desempregadas e outros 5% não trabalham na área.

4.4.2 Natureza da instituição empregadora

O Gráfico número 1 mostra que 39%, do total pesquisado de assistentes sociais estão atuando na esfera Municipal; 28% estão trabalhando em Empresas Privadas; 23% estão vinculadas a Órgãos Estaduais; 5% em ONGs e, 5% não estão trabalhando.

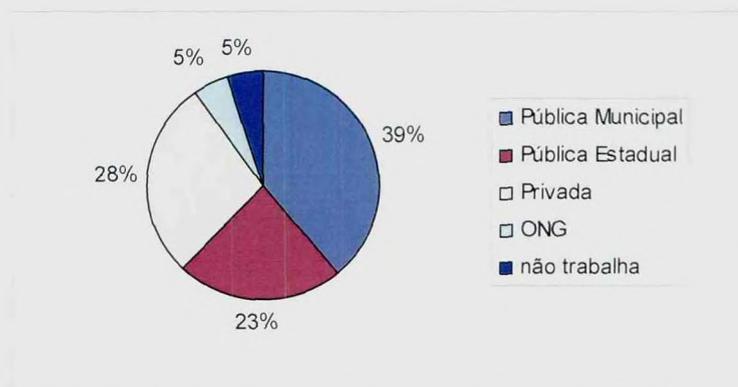


Gráfico 1: Natureza da instituição empregadora

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

Apesar da tendência neoliberal e dos mecanismos de redução do papel do Estado, a pesquisa mostra que este é, ainda hoje, o principal empregador dos assistentes sociais. Conforme apresenta o Gráfico número 1, das participantes da pesquisa, a percentagem majoritária está atuando em órgãos do município, dado que certamente está relacionado ao processo de descentralização, acarretando o crescimento da municipalização da profissão, e 22% tem como área de atuação órgãos estaduais. Outro dado interessante, é a contratação de profissionais no setor privado, totalizando 28%, deste modo, entende-se que o profissional de serviço social vem conquistando espaços em empresas e órgãos privados, aumentando então suas possibilidades de ingressar no mercado de trabalho. Com relação as ONGs, apesar de sua expansão nos últimos anos, a pesquisa mostra que a contratação de profissionais nessas instituições ainda é pequena, cerca de 5% das profissionais estão trabalhando neste setor. Porém, é importante destacar, que com a retração do Estado e o desmonte das políticas públicas, cada vez mais, há um crescimento e legitimação das ONGs, sendo assim, estas tendem a abrir novos espaços ocupacionais para os assistentes sociais.

4.4.3 Tipo de vínculo empregatício

Com relação ao tipo de vínculo empregatício, o Gráfico a seguir demonstra que 43% das profissionais declaram ter vínculo institucional através do regime de Estatuto¹⁴; 26% indicam serem celetistas (Consolidação das Leis Trabalhistas); 16% das assistentes sociais estão exercendo a profissão com contrato temporário; 5% prestam serviços em caráter autônomo (consultoria, assessoria), 5% desempregada e, 5% não responderam.

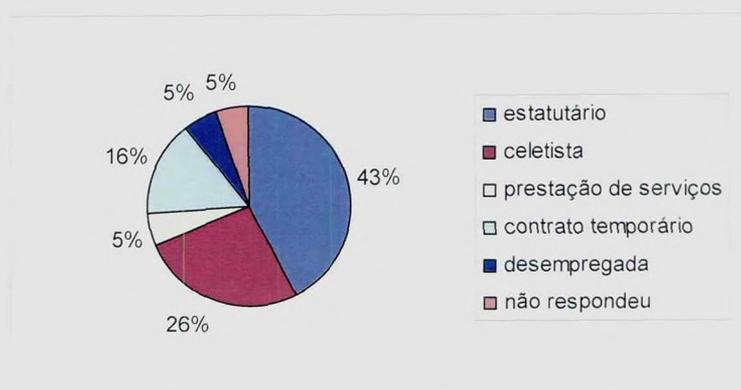


Gráfico 2: Tipo de vínculo empregatício

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistente sociais (2007)

Com base nos dados apresentados no Gráfico número 2 (dois), é possível identificar que 43% de contratações de assistentes sociais se dá via concurso público, no entanto, há de se ter uma atenção para os contratos temporários, já que estes, são em sua maioria, regidos pela CLT, e somados as que se declaram celetistas totalizam 42%, ou seja, praticamente a mesma quantidade de funcionários públicos estatutários.

¹⁴ "Passa a denominar-se Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina o disposto na Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985." Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. "[...]Art. 2º - Funcionário Público, para os fins deste Estatuto, é a pessoa legalmente investida em cargo público criado por lei, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e pagamento pelo erário estadual".

Nesse sentido, Abreu indica que

[...] essas contradições repercutem nas condições de trabalho profissional dos assistentes sociais, destacando-se: a incidência de modalidades de precarização do trabalho profissional (terceirização, contratos temporários etc.), sobretudo em relação às oportunidades de trabalho nos municípios, no bojo dos processos de interiorização (municipalização), mediante, principalmente, o predomínio de contratações por meio de esquemas clientelistas (indicações e convites), sob forma de prestação de serviços (as chamadas assessorias e consultorias) sem registro em carteira profissional (CTPS), sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração; a abertura e intensificação de formas de atuação profissional vinculadas às estratégias conselhistas, que apontam novas formas de articulação profissional com os interesses de classes; e a necessidade de adequação técnico-administrativas às exigências postas pela reorganização dos serviços públicos a partir de um novo padrão de trabalho baseado em inovações de ordem tecnológica e de gerenciamento da força de trabalho [...] (ABREU 2004, p. 62).

Observando conjuntamente os Gráficos 1 e 2, estes apontam para a existência de contratações de terceiros no interior dos órgãos públicos, sendo que sua ocorrência se dá em maior percentual na esfera municipal, conforme pode ser visualizado com maior clareza na tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Instituição empregadora com relação ao tipo de vínculo empregatício

Vínculo	Desempregada	Estadual	Municipal	ONG	Privado	Total Geral
Celetista		5%	11%		11%	26%
Desempregada	5%					5%
Estatutária		16%	16%		11%	42%
Não respondeu			5%			5%
Prestação Serviços				5%		5%
Temporário			11%		5%	16%
Total geral	5%	21%	42%	5%	26%	100%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

1.4.4 Renda na área de serviço social

Quanto à renda salarial na área do serviço social, o Gráfico número 3 mostra que 42% recebem o valor de 4 a 6 salários mínimos¹⁵, 37% tem renda de até 3 salários mínimos, 11% não tem nenhuma renda na área (desempregada ou trabalha em outra área), 5% tem renda de 7 a 9 salários mínimos, e 5% não respondeu.

¹⁵ Utilizamos como referência o salário mínimo no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), definido pela medida provisória 362/07 de 01/04/07.

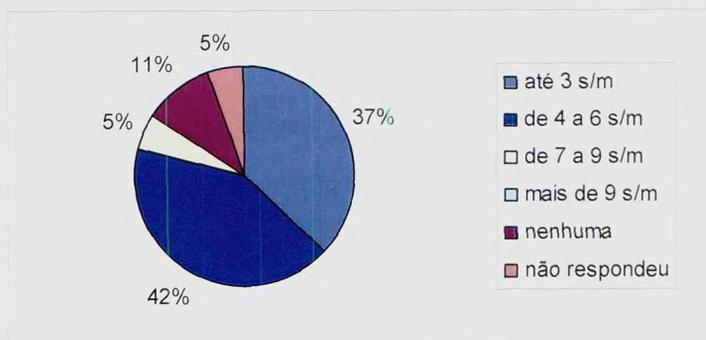


Gráfico 3: Renda na área de serviço social

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

Foi possível verificar que a renda na área de serviço social varia entre a 4 a 6 salários mínimos, o que representa uma média salarial de R\$ 1.900,00. Considerando esta média salarial e o expressivo número de assistentes sociais com renda de até 3 salários mínimos, observa-se que o profissional de serviço social ainda não é valorizado monetariamente pelos órgãos empregadores.

4.4.5 Área de atuação profissional

No que se refere à área de atuação profissional, no Gráfico número 4, observa-se que 32% das assistentes sociais estão vinculadas à políticas de assistência social, 26% estão atuando na área da saúde e 11% trabalham na área de criança e adolescente. No item que se refere à outras áreas, que também totaliza 11%, estão incluídas as áreas de habitação, idoso e educação. No campo sócio jurídico apresenta 5% de profissionais; 5% atuam na área de recursos humanos; 5% trabalham, porém não exercem a profissão de assistente social e 5% estão desempregadas.

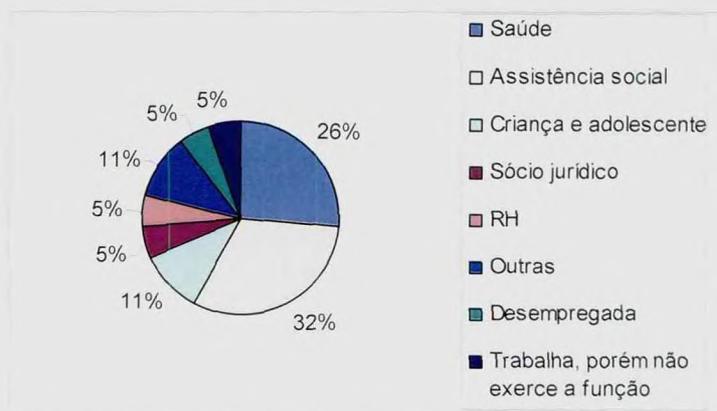


Gráfico 4: Área de atuação profissional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007).

Como já mencionado anteriormente, a esfera estatal é a que vem absorvendo o maior número de assistentes sociais, observa-se sobretudo, que a principal área de concentração dos profissionais é no terreno da seguridade social, com destaque para as áreas de assistência social e saúde, seguido da atuação com criança e adolescente.

O sistema descentralizado participativo da Política de Assistência Social regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vem ampliando de forma considerável as contratações de assistentes sociais neste campo, principalmente no processo de municipalização, o que justifica o grande número de profissionais que estão atuando nos municípios.

Pesquisas realizadas no Estado de Santa Catarina¹⁶, e também em outros Estados, citando como exemplo a pesquisa de Rose Serra no Rio de Janeiro¹⁷, mostram que a área da saúde concentra um número considerável de profissionais do serviço social. Pode-se atribuir essa concentração ao surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS, Lei nº 8080/90), essencialmente pelo princípio de descentralização e de universalização dessa política. Neste contexto, ainda na década 90, foi criado o Programa de Saúde da Família (PSF), ampliando o campo de atuação do assistente social nesse setor. Costa constata que, cada vez mais os assistentes sociais vêm sendo requisitados nesta área pelas “instâncias de gerenciamento dos serviços de saúde, em todos os níveis e apontam para a necessidade da ação dos profissionais na composição das equipes dos serviços públicos de saúde” (2000, p. 36).

¹⁶Ver: NUNES, Renata. O perfil do Assistente Social em Santa Catarina e as novas configurações societárias. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, UFSC. 2004, 87p.

¹⁷ SERRA, Rose Mary Sousa. O Serviço Social e os seus Empregadores: O Mercado de Trabalho nos Órgãos Públicos, Empresas e Entidades Sem Fins Lucrativos no Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa interinstitucional – Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Serviço Social, 1998, 168p.

Assim, pode-se afirmar que o assistente social se insere, no interior do processo de trabalho em saúde, como agente de interação entre os diversos níveis do SUS e com as demais políticas sociais setoriais, constatando que o seu “principal produto parece ser assegurar – pelos caminhos os mais tortuosos – a integralidade das ações” (COSTA, 2000, p. 62).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), introduziu várias mudanças na política de atendimento à criança e ao adolescente, destacando-se o processo de descentralização e a municipalização dessa política e a participação da sociedade civil através de conselhos e fóruns (VERONESE, 1997), ampliando também a área de atuação do assistente social junto a este segmento.

A Lei Nº 8.662 de 7 de junho de 1993, como instrumento normativo que regulamenta a profissão, estabelece balizas para o exercício do serviço social, instituindo as condições iguais para o exercício, as atribuições e competências do assistente social. Assim, considera-se importante também registrar que, das profissionais pesquisadas, 84% declaram que exercem as atribuições do assistente social, 11% não exercem – este fato se justifica por estarem desempregadas e/ou trabalhando, mas não na área – e 5 % consideram que exercem, porém, de forma parcial. Segundo a pesquisada AS3, o que leva a esse exercício parcial é

AS3 [...] a falta de recursos e o preconceito com relação à função do profissional de serviço social.

Na área da saúde, os assistentes sociais têm sido requisitados para atuar em equipes interdisciplinares, como já citado o exemplo do PSF, com profissionais de enfermagem, odontologia, psicologia e medicina entre outros, e as participantes da pesquisa dizem encontrar resistência dessas áreas para com as ações do serviço social.

AS2: Pelo fato da equipe ser interdisciplinar, existem dificuldades na aceitação do parecer social. Ex: Médico e Assistente Social (cada um tem uma visão, enxergam aspectos diferentes no olhar da questão social).

AS7:[...] como dificultador coloco a questão das barreiras que se enfrenta no ambiente de trabalho, pelo desconhecimento das pessoas das atribuições de um Assistente Social, pois muitas vezes temos que nos impor para não acabarmos agindo em desacordo com nossa ética profissional.

Apesar do preconceito ou resistência de outras disciplinas, como foi relatado pelas participantes, sabe-se que o profissional de serviço social possui atribuições e competências que lhe possibilitam o exercício da profissão em equipes interdisciplinares. Assim, o assistente social, ao inserir-se num processo de trabalho, não está adentrando um campo

exclusivamente seu, está, na verdade, no âmbito de um processo de trabalho coletivo que não foi elaborado por ele, mas isso não implica na perda da autonomia ética e técnica que o profissional possui (IAMAMOTO, 1998).

No que diz respeito às atribuições privativas do assistente social, o trabalho interdisciplinar merece destaque. É comum encontrar assistentes sociais que estão participando de atividades com outros profissionais – pedagogo, sociólogo, psicólogo, médico, arquiteto, advogado, em empresas, ONGs, etc. – sendo importante destacar que o trabalho coletivo não desobriga o assistente social do exercício de suas competências e atribuições. É necessário ter clareza em relação às mesmas, preservando a identidade profissional a fim de potencializar o trabalho em equipe, que demanda do profissional o compromisso ético respeitando os preceitos da lei que regulamenta a profissão (ABESS/CEDEPSS, 2001).

4.5 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSC NA VISÃO DOS EGRESSOS.

4.5.1 Formação continuada.

Com base no Gráfico número 5, constatou-se que 48% das assistentes sociais pesquisadas estão cursando pós-graduação ou especialização; 42% estão apenas trabalhando; 5% cursam mestrado e 5% não respondeu.



Gráfico 5: Formação continuada

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007).

O número de assistentes sociais que continuam buscando o aperfeiçoamento profissional é um dado relevante, pois confirma a necessidade que estas sentem de aprimoramento, objetivando superar possíveis deficiências técnico-científicas na formação profissional básica, como também buscando maior competitividade para sua inserção no mercado de trabalho, haja vista a grande concorrência entre os profissionais.

Serra analisa que a profissão, no seu conjunto, não está instrumentalizada para responder às atuais exigências, nem para disputar o mercado com outras profissões, sem submeter-se a um processo interno rigoroso de capacitação que a sintonize com o mercado em uma perspectiva crítica de intervenção. A autora considera ainda que, a especialização, “é um dos caminhos necessários para a capacitação do assistente social hoje” (2000, p.168).

Como salienta Iamamoto (1998),

[...] A abertura de fronteiras entre as profissões, fazendo com que profissionais afins concorram entre si em um mercado restrito passa a exigir níveis aperfeiçoados de formação que possibilitem ao assistente social concorrer em igualdade de condições com um sociólogo, um cientista político, um pedagogo, na luta por postos de trabalho, participando de um mesmo e idêntico processo seletivo (IAMAMOTO, 1998, p.125).

Confirmando a idéia de Serra, Netto (1996) ressalta que, para atender as exigências do mercado, o serviço social terá que reavaliar sua estrutura no campo da formação. Na visão do autor, a opção mais indicada é de se manter o caráter generalista da graduação, institucionalizando a especialização como um requisito para o exercício da profissão. Quanto aos que já se formaram, devem se engajar em cursos de especialização e atualização profissional.

Durante o percurso da graduação, nos espaços acadêmicos como debates, palestras, seminários entre outros, ampliam-se os pensamentos e os futuros profissionais começam a entender que somente a graduação não dá conta de atender todas as suas demandas de aprendizado, inclusive porque o mundo é dinâmico. Em meio a essas mudanças, surgem as novas demandas para os assistentes sociais, daí a necessidade de acumulação de capital intelectual para ler a nova realidade que se coloca, tendo subsídios teórico-metodológicos para enfrentá-la criticamente, assim como, a apreensão de valores e princípios ético-políticos.

Contribuindo com essa idéia, a participante AS1 declara que, os conteúdos ministrados durante o curso, suscitaram

AS1: [...] uma crescente necessidade de busca de formação, conhecimento e desenvolvimento de novas habilidades diante da eclosão de múltiplas expressões da questão social, fator que continuamente requer profissionais devidamente qualificados, atentos às transformações sociais e as formas de leitura crítica da realidade social.

Analisando a colocação de AS1, observa-se que a busca por qualificação, é uma exigência que se faz necessária para acompanhar as mudanças societárias e para obter resultados satisfatórios frente às demandas que se impõem no cotidiano do trabalho.

Conforme abordado nas seções anteriores, as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de produção, exigem dos profissionais que cada vez mais invistam em formação continuada, para se tornarem mais competitivos. Segundo Minarelli, quanto mais aptidões os profissionais tiverem, maiores serão suas chances de se inserir e se manter no mercado de trabalho, pois assim, atraem mais facilmente contratantes potenciais. Ainda assim, buscando das as estratégias possíveis de conhecimentos e competências para atender as exigências do mercado, nem sempre se garante boas condições de trabalho e salários dignos, tendo em vista grande massa de profissionais formados todos os anos e o baixo crescimento da economia que impede a geração de emprego para esses milhares de recém-formados.

Além destes obstáculos, tem-se a interiorização da profissão resultante da descentralização e municipalização das políticas sociais, que pode-se considerar uma via de mão dupla, pois se por um lado amplia os espaços de atuação do assistente social, por outro, favorece contratações de profissionais por meio de esquemas clientelistas (indicações, troca de favores), trabalhos temporários, etc. Sendo importante destacar também, a instabilidade e alta rotatividade dos profissionais.

Diante das exigências no atual contexto, o processo de formação profissional continuada mostra-se como alternativa viável para que a competência e criatividade no exercício profissional garantam a permanência no mercado.

4.5.2 Conteúdo ministrado sobre o mercado de trabalho

No que concerne ao conhecimento da situação do mercado de trabalho para o assistente social, identificou-se que 63% das profissionais, ao se formarem, se consideravam esclarecidas sobre o mercado de trabalho; 32% não se consideravam, o que é um número bastante expressivo e, 5% parcialmente.

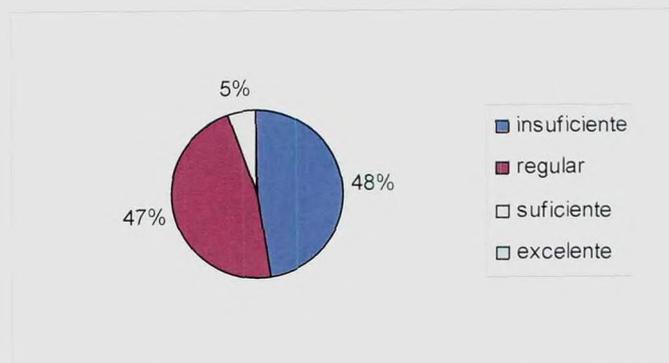


Gráfico 6: Conteúdo sobre o mercado de trabalho

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

Mesmo tendo grande parte se considerado esclarecida sobre o mercado de trabalho, o Gráfico 6 indica que 48% avaliaram que os conteúdos referentes à temática não foram trabalhados de forma suficiente, 47% consideraram a abordagem regular e, somente 5% avaliaram como suficiente.

Constatou-se na pesquisa, que 90% das profissionais formadas pela UFSC no período de 2005 a 2006, inscritas no CRESS estão trabalhando como assistentes sociais, sendo que estas sinalizaram que ao se formarem não se sentiam preparadas para o mercado, pois as exigências práticas são muito maiores do que os conteúdos repassados na graduação. Esta ausência de conteúdos sobre o mercado de trabalho, pelo menos nestes casos, não se tornou definidor para a inserção profissional.

Este resultado apresentado no Gráfico 6, é reafirmado nas respostas dadas a uma das perguntas abertas que foram realizadas, que solicitava que as profissionais pesquisadas, sugerissem disciplinas e conteúdos considerados importantes para a inserção no mercado de trabalho, e que pudessem ser inseridos na grade curricular, objetivando uma melhor abrangência do ensino. Dentre estas sugestões, se destacaram: Serviço Social no Judiciário, laboração de Parecer e Perícia Social, Política Nacional do Idoso (PNI), Meio Ambiente e

erviço Social, o Mercado de Trabalho para os assistentes sociais e os novos campos de atuação.

Na opinião das profissionais pesquisadas, parte das novas demandas que vêm sendo postas à profissão não estão sendo tratadas em sala de aula. O campo da assessoria e consultoria, por exemplo, segundo as pesquisadas, foi pouco abordado pelos professores.

Como já citado anteriormente, as refrações da questão social, que são objetos de intervenção do assistente social, requerem do profissional habilidades e estratégias objetivando a garantia dos direitos sociais. Vasconcellos acredita, que uma das estratégias possíveis para enfrentar a fratura entre pensar e agir no serviço social podem ser os processos de assessoria e consultoria (VASCONCELLOS, 1998). A autora afirma ainda que

[...] Diante da complexidade das situações vivenciadas pela categoria, consideramos a assessoria/consultoria necessárias, possíveis e viáveis, ainda que reconheçamos que não sejam suficientes, nem possamos assegurar as reais conseqüências de um processo que envolve unidades formadoras e meio profissional, nas suas respectivas complexidades e diferenças, mas antes de tudo na sua unidade (1998, p. 123).

A participante AS17, relatou que pouco foi dito sobre a atuação do assistente social nas áreas citadas anteriormente, e quanto à assessoria, “nunca foi mencionado” em sala de aula. Outra colocação destina-se a elaboração do parecer social.

AS4: [...] quanto à elaboração do parecer social, durante todo o curso elaboramos apenas um parecer social na disciplina de famílias, e sendo o mesmo privativo do assistente social, ao concluirmos a graduação e nos inserimos no mercado de trabalho no início apresentamos dificuldades na elaboração do mesmo.

A elaboração do parecer social durante a graduação acontece na 6ª fase na disciplina de Processos de Trabalho, Famílias e Segmentos Sociais Vulneráveis. Deste modo, o tempo disponibilizado para esta atividade é reduzido (um semestre), inviabilizando que sejam realizados outros pareceres. Assim, o acadêmico deve buscar conhecer mais, se possível, a partir do seu campo de estágio.

4.5.3 Tempo de realização de estágio na área de serviço social

Conforme o Gráfico 7, verifica-se que 32% das profissionais pesquisadas realizaram mais de 2 anos de estágio na área de serviço social; 26% realizaram de 1 a 2 anos de estágio; 21% de 6 meses a 1 ano; e, também, 21% estagiaram menos de 5 meses.



Gráfico 7: Tempo de estágio na área de serviço social

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

O estágio curricular constitui importante atividade didático-pedagógica e tem como objetivos: promover a interação teoria e prática e um envolvimento dos alunos em situações e problemas reais que futuramente serão por eles enfrentados como profissionais; permitir a confrontação entre o conhecimento teórico adquirido no curso e a prática adotada na instituição em que realiza o estágio, propicia o aprimoramento e desenvolvimento da consciência social e de atitudes profissionais.

Apesar de constar na grade curricular do curso de serviço social da UFSC o estágio curricular obrigatório a partir da 7ª fase, o acadêmico tem a possibilidade de iniciar estágio a partir da 5ª fase, como curricular não obrigatório, desde que, em ambos os casos, tenha um profissional formado há mais de 2 anos, realizando a supervisão de campo permanente. As Diretrizes de Estágio, nesse formato, entraram em vigor em agosto de 2005¹⁸.

O estágio está regulamentado na Legislação Federal através das Leis n. 6.494, de 07 de dezembro de 1977 (BRASIL, 1977) e n. 8.859, de 23 de março de 1994 (BRASIL, 1994) e pelo Decreto n. 87.497, de 19 de agosto de 1982 (BRASIL, 1982). Segundo o Art.1º, da Lei n. 8.859, de 23 de março de 1994,

¹⁸ Informações extraídas em <http://www.servicosocial.ufsc.br/>. Acesso em 23/06/2007.

As pessoas jurídicas de Direito Privado, os órgãos de Administração Pública e as Instituições de Ensino podem aceitar, como estagiários, os alunos regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular. § 1º Os alunos a que se refere o "caput" deste artigo devem, comprovadamente, estar freqüentando cursos de nível superior, profissionalizante de 2º grau, ou escolas de educação especial (BRASIL, 1994).

Na pesquisa, o estágio se apresenta como uma atividade de grande importância para o acadêmico, uma vez que oportuniza ao mesmo, a experiência de situações que iria vivenciar apenas como profissional, possibilitando o aprimoramento de seus conhecimentos, pondo em prática o que foi estudado durante o curso. Segundo Buriolla,

[...] o estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (BURIOLLA, 1995, p.17).

Identificou-se nas respostas das participantes, que a necessidade de um maior tempo de estágio é resultado de poucos conteúdos práticos dentro da academia. Os alunos estão buscando o estágio não obrigatório objetivando aliar teoria e prática, pois consideram que há na deficiência no curso nesse aspecto.

AS10: Acredito que poderia melhorar no sentido das disciplinas que trabalham as competências e atribuições do assistente social trabalharem a teoria e a prática juntas, de forma a não separá-las.

Ao se inserir nos campos de atuação, seja no estágio ou após formados, observa-se entre os profissionais a idéia de que “a teoria é uma coisa e prática é outra” e esta tem se tornado uma justificativa bem aceita diante das dificuldades encontradas no cotidiano profissional e social. Negando este falso dilema de que “na prática a teoria é outra”, Gil (2006), afirma que “a teoria resulta essencialmente da reflexão sobre a ação humana”. A autora ainda assinala “que não há teorias que não possuam inspirações e conteúdos que se justifiquem sem a prática, sem a (existência da) realidade” (PEREIRA, 1994 apud GIL, 2006, p. 3). Os profissionais, ao enfrentarem o mercado de trabalho e suas limitações de atuação, têm a impressão de que a teoria estudada não atende as demandas que se colocam e que faltou

prática na formação. Isto significa que a teoria é entendida como uma “receita” para enfrentar as dificuldades. Nesse sentido, Gil explicita que

[...] O problema não está na teoria construída a partir de uma prática refletida, está na idealização de que a teoria resolverá as dificuldades e entraves gerados por processos complexos, que resistem à ampliação da prática comprometida baseada nos preceitos éticos-políticos do Serviço Social (GIL, 2006, p. 5).

Diante disto, constatou-se que teoria e prática são indissociáveis, e que esses relatos dos egressos apontam para uma necessidade de reflexão mais aprofundada e suficientemente esclarecida dentro da academia quanto ao ensino profissional afirmando a indissociabilidade da teoria/prática.

1.5.4 Conteúdo considerado importante pelas profissionais para a inserção no mercado de trabalho

O Gráfico 8 mostra 38% de reincidência no item tempo de estágio, seguido do comprometimento pessoal do aluno com os estudos, com um total de 25% de escolhas. O item de trabalhos em campo aparece com 19%, o conteúdo prático teve 9%, o comprometimento dos professores teve 6% e as disciplinas técnicas, 3% de escolha. Serão analisados a seguir, os itens de maior relevância.

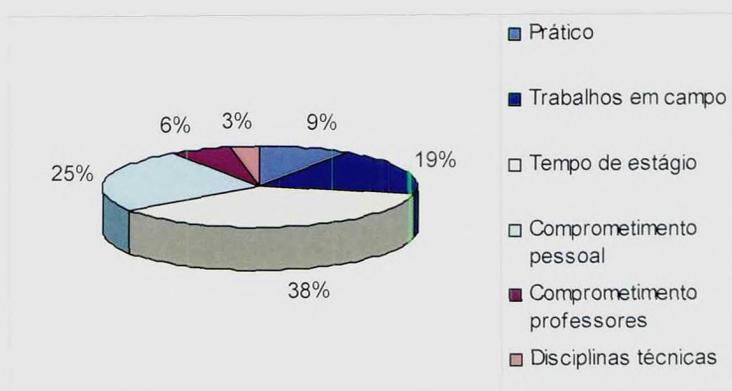


Gráfico 8: Conteúdo considerado importante para a inserção no mercado de trabalho. Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

Das opções quanto ao conteúdo importante para a inserção no mercado de trabalho, as profissionais puderam assinalar mais de uma alternativa e, a opção mais recorrente foi a de tempo de estágio, mais uma vez, sinalizando uma necessidade de conhecimento e vivência da prática profissional durante a graduação, o que é considerado possível na visão das profissionais pesquisadas, aumentando o tempo de estágio, conforme aparece em suas respostas:

AS7: [...] estágio obrigatório maior, ou disciplinas laboratoriais desde as primeiras fases.

AS15: Que sejam priorizados os aspectos práticos, pelo menos a partir da 6ª fase, que os professores orientem mais sobre legislação, atuação, etc.

AS7: Desde as primeiras fases os alunos deveriam ser inseridos ou ao menos ser aproximados da prática do serviço social, pois muitos se deparam com a realidade da profissão apenas no estágio obrigatório.

Gentili (2003), ao analisar o currículo de 1982, conclui que houve mudanças significativas, no entanto, sem a mesma significação quanto às contingências do mercado de trabalho, particularmente com relação ao problema da técnica, e isso se reafirma nesta pesquisa.

Nesse sentido, é importante salientar, que o ensino da prática não se reduz ao estágio curricular propriamente dito, – este representa a possibilidade do aluno de conhecer uma realidade diferente da sua, aproximando do que serão suas práticas profissionais – mas também, no ensino preciso do conteúdo teórico-metodológico e técnico-operativo proporcionando ao futuro assistente social o “saber-fazer”.

Com relação ao tempo de estágio vem surgindo uma preocupação dos acadêmicos, pois há uns 3 semestres, algumas instituições que oferecem campos de estágio não aceitam estagiários que estão entrando em estágio obrigatório, ou seja, 7ª fase, pois consideram pouco tempo dentro da instituição, tanto para o conhecimento desta, como para realização de um trabalho. O estágio em caráter não obrigatório a partir da 5ª fase é muito importante, pois há estudantes que só podem iniciar realmente o estágio na 7ª fase, ainda assim com dificuldade, pois estão trabalhando para se manter na universidade. Diante do exposto, torna-se necessário uma maior aproximação da UFSC com os campos de estágio, buscando contemplar os objetivos de ambos.

Ainda se referindo ao tempo de estágio, pode-se mencionar a PUC Campinas, onde o estágio no curso de serviço social é sequencial, sendo realizado a partir da 1ª fase até o final

a graduação, possibilitando a articulação das disciplinas práticas com o estágio curricular. Uma pesquisa coletiva¹⁹, realizada recentemente por cinco professoras na Instituição, analisa a contribuição do estágio curricular na formação profissional, chegando à conclusão que o estágio nas fases iniciais do curso tem um significado altamente positivo “[...] aproximando o aluno da realidade social e da prática profissional iniciando um processo de identificação das demandas colocadas ao Serviço Social e de apropriação do significado da profissão [...]” (FERNANDES; MARQUES; SILVA; JOANINI; CAIO, 2006).

O item de comprometimento pessoal com os estudos, que teve um índice de 25%, foi considerado complexo para ser analisado, pois essa falta de comprometimento pode ter os mais variados motivos, desde a falta de tempo até a falta de estímulo, portanto, este aspecto mereceria um outro direcionamento nas análises que vão além dos limites estabelecidos para esta pesquisa.

Quanto aos trabalhos em campo, foram mencionados pelas assistentes sociais, a falta de oficinas, projetos de pesquisa e extensão que possam abranger um número maior de acadêmicos, escritório modelo, campos de estágio, que trabalhem na perspectiva do trabalho interdisciplinar, com o objetivo de desenvolver um maior número de habilidades para lidar com outras disciplinas, tais como: direito, psicologia, medicina, administração, gestão de políticas públicas, etc.

A escassez dos projetos de pesquisa e extensão mencionados pelas profissionais, demonstra que o princípio da indissociabilidade do ensino não está se efetivando, princípio este que está previsto nas diretrizes da ABEPSS. Santos (2005), afirma que as atividades de pesquisa e extensão devem ocupar lugar privilegiado dentro das universidades. No entanto, com a Reforma Universitária, cada vez mais há uma redução dos investimentos nas instituições públicas, impedindo a construção da dimensão investigativa.

5.5 De que ponto de vista o curso melhor lhe preparou

De acordo com o Gráfico 9, o item do ponto de vista teórico teve um índice de 50%, seguido de 31% que indicaram do ponto de vista ético, 15% do ponto de vista político e, 4% do ponto de vista prático.

¹⁹ O Estágio Curricular e sua articulação com as disciplinas das áreas de conhecimento consubstanciadas no currículo do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas – X ENPESS: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, p. 8.

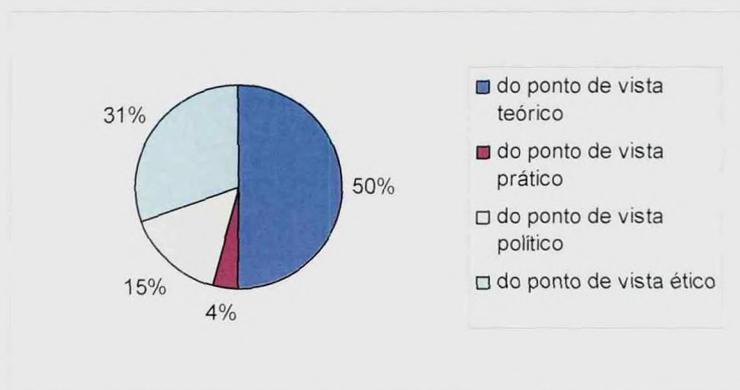


Gráfico 9: De que ponto de vista o curso melhor lhe preparou

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007).

O Gráfico 9 explicita, que 50% das profissionais pesquisadas, consideram que o curso lhes preparou melhor teoricamente, enquanto na prática foi considerado apenas 4%. Isto mostra, que na opinião das assistentes sociais pesquisadas, existe um grande distanciamento entre os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante a graduação. Reafirmando mais uma vez o que foi abordado com base no Gráfico número 8. No que se refere ao conteúdo teórico, a pesquisa indica que houve reincidência de 31%, que se pode considerar um bom número por se tratar também de um conteúdo teórico da profissão. Sendo importante destacar, que a princípio, no curso de serviço social da UFSC, a disciplina de Ética tinha apenas dois créditos, sendo que foi alterada recentemente passando a ter 4 créditos, sendo considerado um grande ganho para a formação dos acadêmicos desta instituição.

.5.6 Itens considerados insuficientes para a inserção no mercado

Nesta questão as assistentes sociais opinaram quanto aos conteúdos que consideraram insuficientes durante a graduação. As disciplinas técnicas tiveram 16% de reincidência, seguida da articulação entre as disciplinas com 14%, e conteúdo prático também com 14%. Quanto ao conteúdo técnico-operativo com 12%, conteúdo sobre mercado de trabalho com 11%, e tempo de estágio com 9%. Com relação ao compromisso dos professores teve uma reincidência de 8%, seguido de 6% do conteúdo ético, e com reincidência de 5% ficou o compromisso dos alunos e o conteúdo teórico.

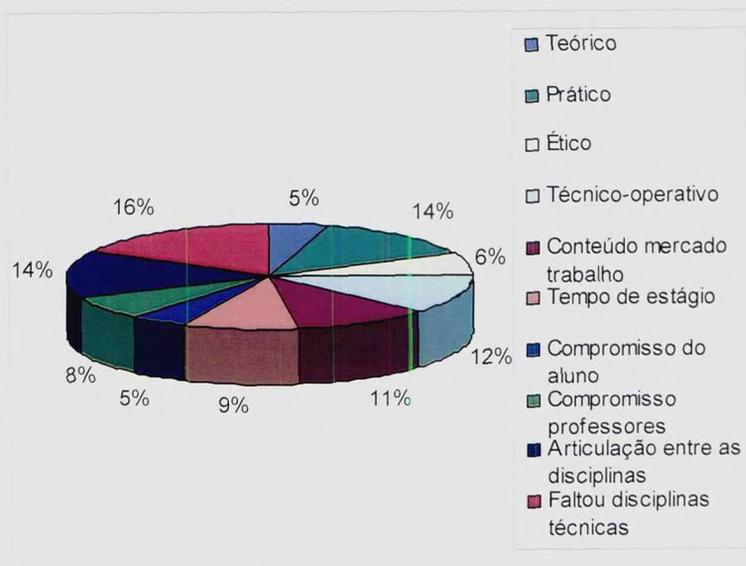


Gráfico 10: Conteúdo insuficiente para a inserção no mercado

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

AS13: Amarrar as disciplinas para que a grade curricular seja contínua e rever a ordem que são dadas as disciplinas. Algumas no final do curso caberiam no início da graduação e vice-versa.

AS2: A importância na articulação entre as disciplinas se dá pelo fato de que a atividade prática exige uma articulação baseada em uma dada realidade.

As disciplinas técnicas (16%), estão ligadas intimamente com o conteúdo prático (14%), e conteúdo técnico-operativo (12%), elevando esse percentual (para 42%) e reafirmando as insuficiências que foram identificadas até o momento na pesquisa.

Com relação ao item articulação entre as disciplinas, verificou-se que é uma situação recorrente. Na grade curricular do curso de serviço social da UFSC, constam disciplinas que não são dadas por professores de outros departamentos, como ciência política, sociologia, economia. As profissionais pesquisadas sinalizam para a não articulação destas disciplinas com as do curso de serviço social. Assim sendo, torna-se necessária uma maior aproximação do departamento de serviço social com estes professores, possibilitando que estes tenham o conhecimento de quais são os objetivos de determinada disciplina dentro do curso, para que ela atenda aos propósitos da profissão.

4.5.7 Aspectos que poderiam ser melhorados quanto à preparação para inserção no mercado de trabalho

No Gráfico 10, é possível identificar, que 37% consideram que para ter uma melhor preparação profissional, o curso deveria ter uma grade curricular mais abrangente, seguido de 28% que consideram que necessita de professores mais qualificados, 19% professores mais exigentes e, 16% uma melhor infra-estrutura.

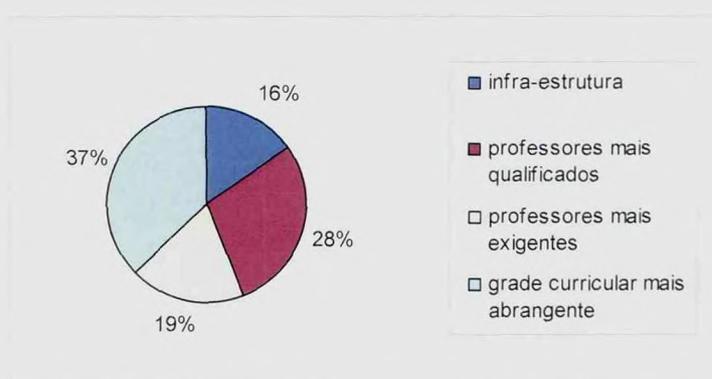


Gráfico 11: Aspectos que podem ser melhorados na graduação

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos na pesquisa realizada junto as assistentes sociais (2007)

Quanto à questão da grade curricular mais abrangente, há um incessante debate envolvendo docentes e discentes, dentro da academia. Todavia, sabe-se que mudanças em um currículo é um processo demorado e complicado, que demanda um grande empenho por parte dos coordenadores de curso e todos os responsáveis na instituição, além dos transtornos que podem ser causados aos alunos durante o período de adaptação, visto que as turmas precisariam se adequar durante o processo. Ainda assim, o curso de serviço social, conjuntamente, professores e alunos, promovem espaços, como fóruns de discussão para análise dessas deficiências na formação, objetivando uma melhor qualidade do ensino.

Com relação à proposta de um currículo mais abrangente, na opinião das participantes, no sentido de serem incluídas disciplinas que tratam de temáticas atuais da profissão, como já citado anteriormente. Isto não significa, necessariamente, a alteração da grade curricular, mas a inclusão de disciplinas optativas que proporcionem aos acadêmicos o estudo dessas temáticas, como uma saída a curto prazo. Como exemplo, neste semestre (2007.1) foi disponibilizada no curso uma disciplina optativa sobre questões relacionadas ao idoso, trazendo discussões sobre o Estatuto e da Política Nacional do Idoso.

Foi também sugerida pelas profissionais, a realização de oficinas com as temáticas atuais que são demandas para o profissional de serviço social, com a participação da comunidade acadêmica em geral, inclusive de outros centros, objetivando a troca de conhecimentos entre as diferentes disciplinas, permitindo aos acadêmicos uma visibilidade mais abrangente do mercado de trabalho.

Ainda com relação à abrangência do currículo, um conteúdo considerado importante e citado pelas profissionais seria uma disciplina de sistemas de informação para o serviço social²⁰, que já fez parte do quadro de disciplinas optativas, até que foi suprimida. Mendes²¹ aponta que,

[...] pensar o adensamento à grade curricular de formação dos Assistentes Sociais do tema '*Sistemas de Informação e de Comunicação, com a aplicação das Tecnologias*', não será novidade em algumas Instituições de Ensino, mas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), significará um indício valorado, de que os profissionais do futuro estarão se não totalmente aptos, pelo menos advertidos e munidos de princípios norteadores para o constante examinar e operar de seu ofício. Diante do exposto, sugere-se a inclusão no Curso de Serviço Social da UFSC, efetivamente de uma disciplina que, anteriormente nessa Instituição, já foi denominada de '*Sistemas de Informação para o Serviço Social (DSS 5160)*', mas que, não obstante, a mesma agora não seja oferecida de forma esporádica e ainda de caráter opcional, porém ressurgja para dar conta das necessidades apresentadas neste Trabalho de Conclusão de Curso, assim como também preconize às Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) e do Ministério da Educação (MEC), no que diz respeito principalmente à formação profissional e ao uso da informatização (MENDES, 2005, p. 88. Grifo da autora).

A inclusão de novas temáticas na matéria do serviço social, é considerada por Colmán (2005, p. 106), além de um desafio, uma necessidade, "pois se não produzir as qualificações demandadas pelo mercado, a escola corre o risco de ser substituída por outro sistema ou, no limite, a profissão reduzir seus espaços e as escolas também".

Com relação à qualificação dos professores, com base na análise de alguns dos relatos, conclui-se que está muito mais ligado a questões estruturais, do que a própria qualificação.

Pode-se observar que a disciplina ainda aparece no Currículo que foi atualizado em 2005. http://www.servicosocial.floripa.com.br/downloads/curriculo_dss_ufsc.pdf. Acesso em 01 jul. 2007.

MENDES, Elenice Maria. **Sistemas de Informação e Práxis Informacional: Um "clie" no Serviço Social e Contemporaneidade**. 2005.2. 106f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Graduação em Serviço Social) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis.

Assistente Social, Professor Assistente do Departamento de Serviço Social/UEL. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP, doutorando em História pela UNESP Campus de Assis/SP.

Conforme pode-se constatar, o departamento de serviço social é composto por um corpo docente de 22 professores efetivos, 9 substitutos e 1 professora voluntária. Sendo que grande parte destes professores, além das aulas na graduação, ainda participam de núcleos de pesquisa e extensão, são também professores do mestrado e ainda orientam TCCs. Isso mostra grande quantidade de atividades em que estes estão envolvidos, esta situação pode ser atribuída ao número de professores do departamento que estão lecionando na graduação desde que o curso passou a ter 4 entradas anuais em 1999. Além da sobrecarga de trabalho que alguns professores têm, também há uma questão que influencia diretamente a qualidade do ensino, que é a alta rotatividade de professores substitutos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso buscou-se apreender as transformações societárias ocorridas a partir da década de 70, como respostas a crise capitalista que se formou nas décadas seguintes, que culminaram com a reestruturação produtiva, o surgimento de novas tecnologias e a ascensão da globalização, transformando definitivamente a produção e o mercado de trabalho.

Nos países em desenvolvimento, especificamente no Brasil, estas transformações se intensificaram na década de 90, quando as políticas neoliberais passaram a ganhar força com o Governo Collor, auferindo assim maior visibilidade dos seus desdobramentos. Desde então, o país passou a adotar políticas liberalizantes e desregulatórias, promovendo a abertura econômica e privatizações conforme sugeria o Consenso de Washington no final da década de 80. Ao fenômeno da flexibilização agrega-se a diminuição do papel regulador do Estado, principalmente no âmbito das políticas sociais e uma maior relevância aos mecanismos do mercado.

Todas estas mudanças ocasionadas pela globalização e a inserção de novas tecnologias na flexibilização transformam substancialmente as relações de trabalho. As empresas para competirem no mercado tendem a reduzir custos, o que resulta em contratos de trabalhos mais exígieis, perda de direitos trabalhistas, subcontratações, terceirizações, etc.

Este contexto exige um “novo” trabalhador com maior qualificação profissional, para que consiga se inserir e se manter no mercado de trabalho, ou seja, ser “empregável”. Portanto, é necessário ter um conhecimento profundo sobre sua área de atuação, ser um profissional polivalente e multifuncional, ser generalista e ainda manter seu diferencial competitivo. Assim, manter-se empregável, torna-se cada vez mais responsabilidade do profissional, o qual deve investir em formação continuada para desenvolver seus conhecimentos, habilidades e competências.

Estas transformações e determinações afetam toda a sociedade, portanto, todas as áreas de atuação, inclusive o serviço social. São transformações que incidem não apenas no mercado de trabalho, mas trazem novas demandas, implicando também na formação profissional do assistente social. Diante disso, a ABEPSS vem buscando – juntamente com outras organizações da categoria – a construção de uma resposta coletiva, que seja capaz de consolidar uma outra direção social, na perspectiva de formar profissionais críticos e propositivos. Diretriz esta estabelecida pelo conjunto de entidades da categoria profissional

os assistentes sociais e, portanto incorporada pelo curso de graduação em serviço social da UFSC.

Foi partindo destas determinações, condições e respostas que o presente estudo se propôs a identificar, o que as profissionais graduadas no curso de serviço social da UFSC no período de 2005 à 2006, pensam sobre sua inserção no mercado de trabalho relacionando com formação recebida na referida instituição.

Os dados da pesquisa apontam que, mesmo diante dos receios por parte dos acadêmicos com a redução de postos de trabalho, o mercado está absorvendo os egressos do curso de serviço social da UFSC. Sendo importante salientar que do total de 90% das profissionais que estão trabalhando na área, 58% estão atuando na região da Grande Florianópolis. Isso mostra que mesmo com a descentralização e interiorização da profissão, ainda há campo para o Assistente Social na região da capital catarinense e adjacências. Sendo que o Estado ainda continua o maior empregador do assistente social, com um número expressivo de profissionais atuando na esfera municipal.

Com relação ao tipo de vínculo empregatício, verifica-se que a maioria das profissionais são regidas pelo estatuto do servidor público ou são celetistas. No entanto, há de se considerar a incidência de contratos temporários, fato que é resultado da precarização no mundo do trabalho, levando a perda de direitos trabalhistas.

No que se refere à área de atuação, constatou-se na pesquisa que o profissional vem atuando principalmente no setor público, mais especificamente nas áreas da assistência social, saúde e de crianças e adolescentes. Reafirmando o resultado de algumas pesquisas realizadas em outros anos, em Santa Catarina e em outros Estados, como citado no decorrer deste trabalho. Sendo importante ressaltar, que a absorção de assistentes sociais no campo privado é um dado expressivo que demonstra maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Um número também bastante expressivo é de profissionais que estão cursando pós-graduação ou especialização, totalizando 48% das participantes. Diante dos relatos foi possível identificar alguns motivos que levam a busca da formação contínua, sendo estes: a operação de deficiências técnico-científicas na formação básica, as novas demandas postas à profissão e a grande competitividade do mercado de trabalho. Abreu (2002), contribui nesse sentido quando diz que a capacitação profissional tem uma dupla dimensão: de um lado contribui para a mobilização de classe na construção de alternativas de luta e, de outro lado, coopera na produção de conhecimento das novas demandas profissionais, antecipando

propostas de alternativas de intervenção. Considerando nesse sentido todas as produções que têm permitindo a reflexão de questões importantes para o desenvolvimento da profissão.

Quanto ao mercado de trabalho, as questões atuais requerem novas habilidades. Assim, foi explicitado na pesquisa a falta de algumas temáticas consideradas importantes para inserção no mercado de trabalho e que se apresentam como novas demandas para a profissão como também novos espaços sócio-ocupacionais, tais como: a atuação no campo da assessoria e consultoria, políticas para o idoso, meio ambiente, arranjos produtivos, entre outras.

O curso de serviço social da UFSC pressupõe formar profissionais capacitados para ações qualificadas nos planos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Quanto ao conteúdo teórico-metodológico e o ético-político, pode-se perceber por meio da pesquisa, que as profissionais consideraram ter uma formação adequada para a inserção no mercado de trabalho. No que concerne ao conteúdo técnico-operativo, segundo a pesquisa, não atendeu o proposto pelo curso, aparecendo nas respostas das profissionais em várias ocasiões a falta de conteúdos práticos, o tempo de estágio reduzido, e a falta de relação teoria/prática em sala de aula. Assim, na visão das profissionais pesquisadas o maior limite identificado foi a questão da formação prática, apontando o estágio como o principal espaço de ensino desta e o momento mais significativo de aproximação do acadêmico com o espaço de atuação profissional, recaindo sobre o estágio quase toda a responsabilidade da intervenção profissional.

Diante destes estudos e resultados da pesquisa, e mesmo considerando possíveis lacunas e falhas em sua representatividade, passíveis de questionamento, há um pensamento dos egressos que participaram deste trabalho, que não pode ser desconsiderado nos dias de hoje, concluímos que diante de uma sociedade em transformação geradora de novas necessidades e demandas, o conteúdo técnico e operativo na formação profissional dos assistentes sociais, continua sendo, um “antigo” desafio. Porém, se este “antigo desafio” não for enfrentado diante das condições de um “novo trabalhador”, estes podem gerar um fator de redução de competências e competitividade, e isto sim, pode comprometer a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. . **A dimensão pedagógica do Serviço Social**: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo/SP, v. 9, p. 43-71, 2004.
- ANDERSON, Perry: **Balanco do Neoliberalismo**. In SADER, Emir e GEENTILI, Pablo (Org.) *Pós-Liberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999. 155 p.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Dossiê "Globalização e Educação: precarização do trabalho docente". Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302004000200003&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 01 jun. 2007.
- ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de; RAMOS, Alexandre (Org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: Ibej, 1998. 300 p.
- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Capacitação em serviço social e política social**: módulo 02: reprodução social, trabalho e serviço social.. Brasília: ABEPS, 1999. 213 p.
- _____. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**.. In: Cadernos ABESS, 2001
- _____. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. In: Formação Profissional: trajetórias e desafios. Cadernos ABESS nº7. Editora Cortez, 1996.
- _____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 50, p. 143-190, abr. 1996.
- CASTISTONE, Maria Rosângela. **Análise de inserção do assistente social nos espaços de ação profissionais**. In: *Serviço Social: as respostas aos desafios conjunturais*. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991, p. 91-7
- CAPTISTA, M.V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 2ed. São Paulo: Veras, 2002.
- BERTUZZI, Laura. **As transformações no mercado de trabalho brasileiro a partir de 1990 frente às transformações do capitalismo no final do século XX**. 2007. 67 f. Trabalho e Conclusão de Curso (Bacharel) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis, 2007. Cap. 2.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro das Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp>. Acesso em: 06 jun. 2007.

BRASIL. Lei n. 8.859, de 23 de março de 1994. Modifica dispositivos da Lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1994/8859.htm>>. Acesso em 23 jun. 2007.

BRASILEIRA, Cultura. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. **As Dimensões Ético-Políticas na Formação Acadêmica do Assistente Social: a Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrext/Saude/Saude25.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

BURIOLLA, Marta A.F. **O estágio supervisionado**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPOS, Gilda Helena B. de. **A EAD e o modelo de competências**. Disponível em: <http://www.sul-sc.com.br/afolha/pag/infor2.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2007.

CARRILHO, Maria Fernanda Freitas. **Globalização e mercado de trabalho: desempenho e exclusão social**. . 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia e Administração, Unicap, Recife, 2006. Cap. 01.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed São Paulo: Paz e Terra, 2000. 617p.

CFESS. **DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL**. Resolução n.15, de 13 de março de 2002. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2007.

COLMÁN, Evaristo. **O que é Serviço Social? Vigência de um “velho” problema e desafio para a formação profissional**. Disponível em: http://www.ssevista.uel.br/c_v1n1_desafio.htm. Acesso em: 30 jun. 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Regulamentação da Profissão**: Lei 8.662 de 7 de junho de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2007.

COORDENADORIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. **Histórico**. Disponível em: http://www.servicosocial.floripa.com.br/ferramentas/ferramentas/upload/arquivos/d/Historico_do_Curso_de_Servico_Social_UFSC.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2007.

OSTA, Maria Dalva Horácio da. **O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos(as) Assistentes Sociais**. Revista Serviço Social e Sociedade . São Paulo: Cortez. Ano XXI, no. 2, mar, 2000.

OSTA, Nelson Coelho da; ARAGÃO, Suelen Gurgel; QUEIROZ, Viviane de. **A reforma da educação do Governo Lula e seus rebatimentos na formação profissional do Assistente Social**. In: 10º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. **Anais do ENPESS**, Recife, 2006. p. 43 - 50.

DOUTINHO, Luciano. **Reestruturação industrial e modernização tecnológica: impactos sobre o mundo do trabalho.** CEBRAP/DESEP-CUT. Cadernos de Pesquisa. n.1. Junho, 1994.

DELUIZ, Neise. **A Globalização Econômica e os Desafios à Formação Profissional.** Disponível em: <<http://www.senac.br/INFORMATIVO/BTS/303/boltec303f.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

_____. Formação orientada para o trabalho: Construção de novas competências?. In: **Formação Profissional no Brasil.** MARKERT, Werner et al. (Org.). Rio de Janeiro: Edições Aratodos, 1997. p. 90-99.

ERNANDES, Maria Carmen Teixeira et al. O Estágio Curricular e Sua Articulação com as Disciplinas das Áreas de Conhecimento. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2006, Recife. **Anais do ENPESS.** Recife 2006. p. 51 - 59.

RANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional nos anos 90. In: **Trabalho, qualificação e Formação Profissional.** LEITE, Marcia P.; NEVES, Magda A. (Org.). São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.p.177-211.

GARAY, Angela Beatriz Scheffer. **Reestruturação produtiva e desafios de qualificação: algumas considerações críticas.** Vol. 3 No. 1, Mai - Jun de 1997. Disponível em: <http://read.adm.ufrgs.br/read05/artigo/garay.htm>>. Acesso em 06 de maio de 2007.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 69, São Paulo, Cortez, 2002. p. 73-103.

HIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1989. 159p.

HIL, Telma Fernandes Barrionuevo. **Teoria e Prática na experiência da formação profissional.** Anais do X Encontro de Pesquisadores em Serviço Social. Recife – PE, Dez. 2006.

LORENDER, Jacob. **Dossiê da globalização.** Globalização, tecnologia e relações de trabalho. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a17.pdf>>. Acesso em: 6 maio. 2007

MARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa das origens sobre a mudança cultural.** Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 349 p.

_____. A globalização contemporânea. In: **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 79 – 103.

_____. **Da polarização das qualificações ao modelo da competência.** In: Ferreti, C. et alii (orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação.** Petrópolis, Vozes, 1994.

MIRATA, Helena. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

AMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em tempos de globalização**. In: Revista nscrita, Rio de Janeiro. CFESS, p.13-18, nov. 1998a. Semestral.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998. 326p.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 216p.

AMEYAMA, Nobuco. **Notas introdutórias para a discussão sobre reestruturação produtiva e Serviço Social**. In MOTA, Ana Elizabete (org.) A Nova Fábrica de Consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

AKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3a ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

EITE, Marcia de Paula e SHIROMA, Eneida O. **Novas tecnologias, qualificação e capacitação profissional: Tendências e perspectivas da indústria metalúrgica**. Brasília, nº 65, jan./mar.1995, pp. 94-118.

ACHADO, Lucília R.S. **Qualificação do trabalho e relações sociais**. In: Fidalgo, F.S. (org.). Gestão do trabalho e formação do trabalhador. Belo Horizonte, Movimento de Cultura Marxista, 1996.

MATTOSO, Jorge. **Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios**. In: OLIVEIRA, C.; MATTOSO, J. (Org.). Crise e trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. **O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. 47p.

MENDES, Elenice Maria. **Sistemas de Informação e Práxis Informacional: um “clic” no serviço Social na Contemporaneidade**. 2005.2. 106f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Graduação em Serviço Social) UFSC, Florianópolis.

MINARELLI, Jose Augusto. **Empregabilidade: o caminho das pedras**. São Paulo: Gente, 1995. 115p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 79 p.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA: **O Pensamento Social de Friedrich Hayek**. UNICAMP. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/download/Javier1.doc>. Acesso em: 6 de maio de 2007.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2007.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social** – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, abril 1996.

JUNES, Renata. **O perfil do Assistente Social em Santa Catarina e as novas configurações societárias**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, UFSC. 2004, 87p.

OLIVEIRA, A. M. B. **O profissional de Recursos Humanos diante da Empregabilidade: desconhecimento e acomodação**. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Administração – Universidade Federal de Santa Catarina), 1999.

OLIVEIRA, Ramon de. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/271/boltec271c.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

ROCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **O trabalho sob o fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. 205 p.

ROFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis de empregos e a educação da força global de trabalho**. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995. 348 p.

SANTA CATARINA. Lei n. 6.745/1985, de 12 de dezembro de 1989. Dispõe sobre o estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=3478>. Acesso em: 24 jun. 2007.

SANTOS, Antônio Raimundo dos; DALRI JUNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme. **Metodologia científica** : a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. Coleção Testões de nossa época; v. 120.

SCHILLING, Voltaire. **Globalização, ontem e hoje: A segunda fase da Globalização**. Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/globalizacao4.htm>>. Acesso em: 06 maio 2007.

SERRA, Rose Mary Sousa. **Crise de materialidade no serviço social: repercussões no mercado profissional**. São Paulo: Cortez, 2000. 200p.

_____. **Trabalho e Reprodução**: enfoques e abordagens. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ETRES – FSS/UERJ, 2001. 234p.

IMIONATO, Ivete. **Gramisci**: sua teoria no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

INGER, Paul. **Globalização e desemprego** : diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998. 139p.

IZE, Pierre. **Dicionário da globalização**: a economia de "A" a "Z". Tradução e adaptação de Sérgio Goulart. Florianópolis: Obra Jurídica, 1997, p. 55-56

ORMAN, Guy. **O Estado Mínimo**. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1989.

ASCONCELLOS, A. M de. **Relação teoria/prática**: o processo de assessoria/consultoria e serviço social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 51. Rio de Janeiro, 1998.

ERONESE, Josiane Rose Petry. **Temas de Direito da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTR, 1997.

APÊNDICE A

APÊNDICE A – Questionário realizado com as assistentes sociais

lorianópolis, 24 de maio de 2007.

Prezada(o) Assistente Social

Este questionário faz parte de minha pesquisa para elaboração do TCC que tem por objetivo verificar o que o profissional de Serviço Social formado pela UFSC pensa sobre sua inserção no mercado de trabalho e se está exercendo as atribuições que lhe compete.

Portanto, solicito sua participação como sujeito desta pesquisa e consentimento para que responda as questões abaixo. Declaro que os dados serão utilizados sem qualquer forma de identificação, para uso exclusivo desta pesquisa. Qualquer esclarecimento, dúvida ou problema identificado poderei ser contatada no endereço indicado.

Desde já agradeço sua colaboração.

Adriana da Costa
e-mail: drylanai@yahoo.com.br
Telefone: 48 – 3235 2206 / 8413 7458

IDENTIFICAÇÃO

Sua faixa etária é:

20 a 23 anos 24 a 26 anos 27 a 30 anos Mais de 30 anos

Sexo

Feminino Masculino

Você cursou a graduação em qual turno?

Inteiramente Diurno Parcialmente Diurno
 Inteiramente Noturno Parcialmente Noturno

Onde realizou estágio durante o curso?

Público Municipal Público Estadual
 ONG Privado

Qual o tempo total de experiência de estágio profissional na área de Serviço Social durante período da faculdade?

Menos de 5 meses De 6 meses a 1 ano

De 1 ano a 2 anos Mais de 2 anos

Ao receber o Diploma de Bacharel em Serviço Social você possuía algum emprego fixo?

Sim, em empresa pública municipal Sim, em empresa pública estadual

Sim, em empresa privada ONG

Não

Atualmente encontra-se empregada (o)? Em caso negativo passe direto para a questão 16.

Sim, em empresa pública municipal Sim, em empresa pública estadual

Sim, em empresa privada ONG

Não

Outro. Qual? _____

Qual o seu vínculo empregatício?

Estatutário Celetista

Prestação de serviços Contrato temporário

Se afirmativo você está trabalhando na área?

Sim Não

0. Em qual área do Serviço Social você exerce sua função atualmente (em caso de estar atuando na área)?

Docência Assistência Social Recursos Humanos

Saúde Criança e Adolescente Conselhos de Direito

Idoso Sócio-jurídico Ambiental

Outra (). _____

1. Cite um facilitador e/ou um dificultador que você encontra no seu espaço atuação profissional.

..:

2. Qual a sua renda total na área de Serviço Social? (S/M = Salários Mínimos)

Até 3 S/M

De 4 a 6 S/M

De 7 a 9 S/M

Mais de 9 S/M

Nenhuma

3. Na sua opinião você exerce as atribuições do assistente social?

Sim Não

4. Na sua opinião este exercício é competente?

Sim Não

5. Em que região você trabalha atualmente?

- Grande Florianópolis
- Região de Joinville
- Região de Jaraguá do Sul
- Região de Lages
- Vale do Itajaí
- Outra. Qual? _____

6. Atualmente você:

- Está cursando mestrado Cursando outra faculdade
- Está cursando uma pós-graduação Está apenas trabalhando
- Está desempregado

7. O que você considera que foi muito importante na formação acadêmica para a sua inserção profissional? (poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- O curso ser menos teórico e mais prático
- O curso ser mais teórico e menos prático
- Mais trabalhos em campo
- Tempo de estágio
- Maior comprometimento de minha parte para estudar mais
- Maior comprometimento dos professores
- Faltou mais disciplinas técnicas
- Não faltou disciplinas técnicas

8. O que você considera que foi insuficiente durante o curso de graduação para sua inserção profissional no mercado de trabalho? (poderá ser assinalada mais de uma alternativa)

- Conteúdo teórico
- Conteúdo prático
- Conteúdo ético
- Conteúdo técnico-operativo
- Conteúdo sobre mercado de trabalho
- Tempo de estágio
- Compromisso pessoal (do aluno)
- Compromisso dos professores
- Articulação entre as disciplinas

9. Diante de suas respostas na questão anterior você faz alguma sugestão de conteúdo ou disciplina?

∴

10. Para você os professores abordaram conteúdos referentes à inserção no mercado de trabalho?

- Sim Não

1. Se afirmativo, esta abordagem foi:
- Insuficiente Regular Suficiente Excelente
2. Você se considerava esclarecida (o) sobre o mercado de trabalho?
- Sim Não
3. Você considera que o curso lhe preparou de maneira suficiente para esta inserção?
- do ponto de vista teórico
 do ponto de vista prático
 do ponto de vista político
 do ponto de vista ético
4. Em sua opinião em que aspectos o curso poderia ser melhorado quanto à preparação para inserção no mercado de trabalho? (Poderá ser assinalada mais de uma alternativa)
- Melhor condição da infra-estrutura
 Professores mais qualificados
 Maior exigência dos professores
 Grade curricular mais abrangente
5. Em sua opinião em que aspectos o curso poderia ser melhorado quanto às competências e atribuições privativas do assistente social?
- R.:
26. Diante das possíveis dificuldades na busca pela inserção no mercado de trabalho o que fez para enfrentá-las?
- você desistiu
 continuou até conseguir
 solicitou ajuda do curso
 solicitou ajuda do CRESS
 solicitou ajuda de profissionais)?
 solicitou ajuda de amigos.
 outros. Quais?

OBRIGADA